

ECONOMISTAS

O mundo pós-pandemia

Economistas analisam como a crise causada pelo novo coronavírus transformou a economia e o que esperar do futuro

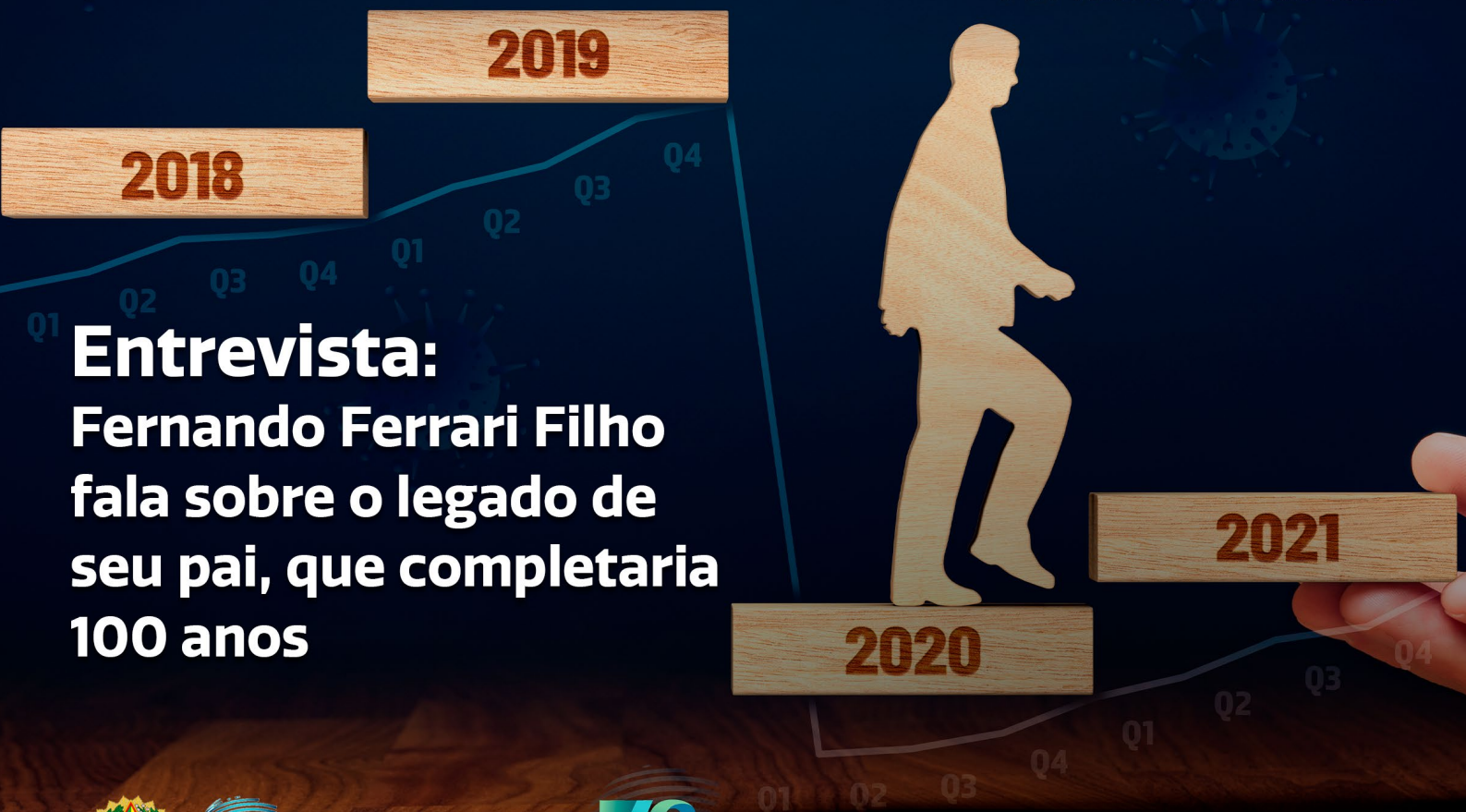
O impacto da pandemia na educação básica

Por José Henrique Paim

Boas e más notícias

Por Roberto Padovani

Entrevista:
Fernando Ferrari Filho fala sobre o legado de seu pai, que completaria 100 anos



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

cofecon.org.br

70 Anos
Assegurando o exercício legal e ético da profissão



XXIV Congresso Brasileiro de **ECONOMIA**

Evento virtual • 08 a 10 de Setembro de 2021

Perspectivas da Economia
Brasileira Pós-pandemia

www.cofecon.org.br/cbe



SUMÁRIO

EDITORIAL – ANTONIO CORRÊA DE LACERDA	4
FERNANDO FERRARI, 100 ANOS: LUTA E INSPIRAÇÃO – MANOEL CASTANHO	5
A ECONOMIA PÓS-PANDEMIA – JOSÉ LUIZ PAGNUSSAT	8
TRANSFORMAÇÕES DA PANDEMIA NA ECONOMIA E NO MUNDO DOS NEGÓCIOS – RODRIGO MARIANO	14
O IMPACTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA – JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES	19
O MUNDO PÓS-PANDEMIA E A PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO DO PLANETA – MARCUS EDUARDO DE OLIVEIRA	25
O PAPEL DOS INCENTIVOS FISCAIS FEDERAIS NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DO BRASIL – RENATA BARBOSA MONTEIRO MACHADO	31
IMPACTOS DA PANDEMIA NAS CADEIAS DE VALOR: ACIMA DE QUE, BRASIL? – CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS	37
BOAS E MÁS NOTÍCIAS – ROBERTO PADOVANI	42
A PROFISSÃO DE ECONOMISTA NO BRASIL – CARLOS ROBERTO DE CASTRO	47
FORMAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO DOS ECONOMISTAS – FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA	53
COFECON REALIZOU 5ª EDIÇÃO DO DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA – MANOEL CASTANHO	58
NOVOS LIVROS –	63

EDITORIAL

O mundo não será o mesmo depois da pandemia. Seja pelas perdas causadas pela própria pandemia, seja pelas transformações necessárias para ajustar-se ao isolamento social requerido para conter o avanço da transmissão, ou até mesmo pela necessidade de recuperar o planeta diante de uma prática econômica bastante poluente, uma economia diferente emergirá desta crise.

O teletrabalho, com seus prós e contras, é uma realidade. Muitos restaurantes e lojas fecharam, enquanto as compras on-line e os aplicativos de entrega de refeições tiveram um crescimento expressivo. As escolas precisaram se reinventar, com um sistema que integra aulas on-line e presenciais. O turismo foi um dos primeiros setores a sentir os impactos da crise e será um dos últimos a se recuperar. E o mercado começa a dar mais atenção às empresas com práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (na sigla em inglês, ESG).

A crise também potencializa alguns dos maiores flagelos que assolam a economia brasileira. Enquanto a inflação oficial, medida pelo IPCA, chegou a 8% nos últimos 12 meses, a inflação medida pelo IGP-M (índice usado como base para os reajustes de aluguéis) há muito superou a casa de 30%. A desigualdade social cresceu no período. As aulas on-line fizeram com que milhões de crianças perdessem a merenda escolar, entrando em situação de insegurança alimentar. O auxílio emergencial, criado para beneficiar temporariamente aqueles que foram mais afetados pelo fechamento da economia, precisou ser continuado. E o desemprego é uma das principais dificuldades para a recuperação econômica do Brasil.

Muitos destes temas estão discutidos nos artigos desta edição da revista Economistas. Roberto Padovani, Rodrigo Mariano e José Luiz Pagnussat analisam o futuro da economia; Cristina Fróes fala sobre os impactos nas cadeias de valor; Renata Machado fala sobre a transição energética no Brasil, enquanto Mar-



ANTONIO CORRÊA DE LACERDA
PRESIDENTE DO COFECON

Doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor-doutor e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Lacerda foi economista-chefe e diretor de economia de empresas e organizações, e atua como consultor econômico. É articulista assíduo de publicações, comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura) e autor de cerca de 20 livros na sua área de atuação, tendo sido um dos ganhadores do Prêmio Jabuti, na área de economia, no ano 2001, pelo seu livro "Desnacionalização".

cus Eduardo de Oliveira aborda as questões ambientais; e José Henrique Paim Fernandes discute o impacto da pandemia na educação.

Finalmente, no dia 13 de agosto a Lei 1.411/51, que regulamentou a profissão de Economista e criou o Sistema Cofecon/Corecons, completa 70 anos. Artigos de Carlos Roberto de Castro e Fernando Nogueira da Costa discutem questões atinentes à profissão de economista e ao mercado de trabalho no qual está inserido. Além disso, uma das figuras de maior importância na luta pela regulamentação, o deputado Fernando Ferrari, falecido num acidente aéreo em 1963, completaria 100 anos no dia 14 de junho e esta edição traz uma entrevista com o economista Fernando Ferrari Filho.

Boa leitura!

Fernando Ferrari, 100 anos: luta e inspiração

Por Manoel Castanho

O dia 14 de junho de 2021 marca o centenário de um dos principais lutadores pela regulamentação da profissão de economista: o deputado Fernando Ferrari. Economista formado pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da PUC/RS, o político gaúcho atuou em seu estado e também no Rio de Janeiro, então capital da República, defendendo a necessidade da regulamentação profissional para os economistas.

A partir da regulamentação e da criação do Conselho Federal de Economia, Ferrari foi conselheiro federal efetivo (1951-1955). Na política, foi reeleito deputado federal em 1954 e 1958. Disputou em 1960 a vice-presidência da República, sendo o terceiro candidato mais votado.

Faleceu aos 41 anos, no dia 25 de maio de 1963, em decorrência de um acidente aéreo próximo a Três Cachoeiras – RS. Como homenagem, foi colocado seu nome no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, que abriga diversas secretarias de governo. Muitas cidades gaúchas, e também algumas fora do estado, possuem ruas e avenidas com o nome de Fernando Ferrari.

Mas a história não termina aí. O tempo passou. O filho, nascido em 1957 – que recebeu o nome de Fernando Ferrari Filho, cresceu e tornou-se economista, como o pai. Graduou-se em 1980 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), obteve o mestrado em 1983 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, onde tornou-se professor anos depois), o doutorado pela Universidade de São Paulo, em 1992, e dois pós-doutorados, pela Uni-

versity of Tennessee System (1996) e por Cambridge (2012).

Em 2003, Fernando Ferrari Filho foi eleito Economista do Ano pelo Corecon-RS e, em anos mais recentes, por algumas vezes figurou entre os três primeiros colocados do Prêmio Brasil de Economia, obtendo o primeiro lugar na categoria Artigo Técnico/Científico em 2017. Publicou vários livros, incluindo um em 2013 sobre seu pai, “Fernando Ferrari: Ensaios Sobre o Político das Mãos Limpas”.

No contexto dos 100 anos de um economista fundamental na luta pela regulamentação da profissão, conversamos com Fernando Ferrari Filho sobre a trajetória do pai e também sobre a própria, na entrevista a seguir:



2021: centenário de nascimento do economista Fernando Ferrari.
Foto: Divulgação Gazeta Online

Revista Economistas (RE) - Entre 1947 e 1950, Fernando Ferrari foi deputado estadual no Rio Grande do Sul e por várias vezes realizou pronunciamentos na Assembleia Legislativa defendendo a regulamentação da profissão de economista no Brasil. Qual é a importância que tinha este apoio, uma vez que os projetos que buscavam a regulamentação da profissão tramitavam na Câmara Federal? Vale aqui citar também um pronunciamento de 1950: “Esta Casa também já bateu às portas do Poder Federal, quando esta mesma lei, sr. Presidente, estava no âmbito do Ministério do Trabalho, que procurava uma fórmula de fazer uma lei, ao lado dos economistas do Rio de Janeiro, para apresentá-la ao Congresso Nacional. (...) esta mesma Casa já telegrafou ao Ministério do Trabalho e ao Presidente da República manifestando-se favorável à aprovação do projeto que visava regulamentar a profissão de bacharel em ciências políticas e econômicas”.

Fernando Ferrari Filho (FFF) - Tendo sido o Relator da Ordem Econômica e Social da Constituição do RS de 1947 e sensível às questões econômicas e sociais, diga-se de passagem, essas sempre estiveram presentes ao longo de sua vida parlamentar, seja em nível estadual, seja na esfera federal, com certeza Ferrari, com sua energia e

capacidade de mobilização, foi importante para que nossa profissão fosse regulamentada no início dos anos 1950.

RE - Num de seus pronunciamentos na Assembleia Legislativa, Fernando Ferrari afirmou: “Enquanto, sr. Presidente, não regulamentarmos a profissão do economista, do bacharel em ciências políticas e econômicas, nada poderemos fazer em proveito da economia nacional, porque um técnico, dentro do Estado moderno, não se improvisa”. Que importância essas palavras têm hoje, num momento em que a tendência é buscar um analista disso ou daquilo sem uma formação específica?

FFF - O curso de Ciências Econômicas, fundamentado em distintos paradigmas teóricos, análises quantitativas e estatísticas e em fatos históricos, entre outros, é essencial para se entender a dinâmica econômica, tanto em nível macro quanto em termos micro, de economias modernas e contemporâneas. Assim sendo, entendo que as palavras de Ferrari eram e ainda são pertinentes. Como diria Keynes, o economista, com sua formação filosófica, histórica, quantitativa e psicológica, é fundamental para compreender o mundo real.

RE - Ainda muito jovem, Fernando Ferrari foi eleito deputado federal, e teve um papel importante na tramitação do projeto que derivou na Lei 1.411/51. Que detalhes são conhecidos sobre a contribuição dele para o andamento deste projeto até converter-se em lei?

FFF - Até onde tenho conhecimento, dois fatos foram importantes para que meu pai encaminhasse o Projeto de Lei 1.411/51 que tratava da regulamentação da profissão do Economista: por um lado, ter sido o Relator da Ordem Econômica e Social da Constituição do RS de 1947 corroborou para que ele centrasse suas atenções às transformações econômicas e sociais que estavam ocorrendo no período pós-Segunda Guerra Mundial, seja em nível internacional, seja, principalmente, no Brasil; e, por outro lado, colegas economistas e contemporâneos dele no Curso de Ciências Econômicas na



Fernando Ferrari Filho, também economista.
Foto: Arquivo Pessoal

PUC-RS o ajudaram a elaborar argumentos para fundamentar o referido Projeto de Lei.

RE - Ainda muito pequeno, você perdeu o seu pai num acidente aéreo. Quais são as lembranças que tem dele, os valores que ele transmitiu e o peso da influência dele inclusive na escolha pelo curso de Ciências Econômicas?

FFF - As lembranças pessoais e afetivas que tenho, devo confessar, são muito raras. Psicologicamente, há motivos para as poucas lembranças. Todavia, Ferrari, como político combativo, coerente, honesto e idealista, sempre esteve presente em minhas escolhas e condutas. Passados quase 60 anos de sua morte (o desastre aéreo ocorreu em 25/3/1963), a memória e o legado político de meu pai continuam sendo reverenciados. Quanto a cursar Ciências Econômicas, inconscientemente a escolha deve ter sido por causa dele.

RE - Qual o peso que a trajetória profissional do seu pai teve durante a sua própria trajetória profissional? E como você gostaria de ser lembrado?

FFF - Os princípios e valores éticos e morais de meu pai me acompanham ao longo de minha vida profissional. Sou um economista essencialmente acadêmico e há muitos anos tenho me esforçado em divulgar a teoria (pós)keynesiana e articular um projeto keynesiano-institucionalista para a economia brasileira. Espero ser lembrado pelas minhas contribuições acadêmicas nessas áreas.

RE - Seu pai teve uma atuação política destacada, concorrendo inclusive à vice-presidência da república em 1960. Embora a sua trajetória seja acadêmica, quais foram as bandeiras do seu pai que também são as suas, em especial na área econômica?

FFF - Meu pai era um economista e político nacionalista, que acreditava na harmonia das relações sociais de produção e se comprometia com a busca da justiça social. Enfim, os ideais dele se identificavam com um projeto de Bem-Estar Social. Particularmente, em meus artigos sobre economia brasileira, principalmente os proposi-

tivos, procuro articular argumentos desenvolvimentista-sociais para o País. Em outras palavras, proposições baseadas na autonomia nacional, na sinergia entre Estado, Mercado e Instituições, no crescimento econômico sustentável e com inclusão social e na redução das desigualdades da renda e da riqueza.

RE - Em 1953, Fernando Ferrari esteve em Porto Alegre para a sessão de criação do Conselho Regional de Economia da 4a. Região, abrangendo os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – hoje, apenas o Rio Grande do Sul. Mais de 60 anos depois, em 2015, você assumiu a presidência deste mesmo Conselho Regional de Economia. Que sentimentos isso te trouxe na ocasião?

FFF - Pessoalmente, foi uma satisfação imensurável, principalmente pela coincidência de meu mandato ter sido 60 anos após a criação do Corecon-RS. Em termos profissionais, a experiência foi interessante e produtiva. Nós (presidente e conselheiros) disponibilizamos e democratizamos, no site do Corecon-RS, as informações do Conselho, realizamos importantes eventos profissionais e científicos e equilibramos o orçamento fiscal.

RE - Nos últimos dez anos você participou algumas vezes do Prêmio Brasil de Economia, na categoria artigo técnico/científico, e obteve algumas vezes um lugar entre os três primeiros colocados. Qual a importância do Prêmio Brasil na sua trajetória profissional?

FFF - O Prêmio Brasil de Economia é uma premiação importante para a profissão, principalmente pelo fato de que ele dá visibilidade para o profissional, em especial para os jovens economistas. Entendo que o referido Prêmio e o Economista Destaque do Ano são honrarias que todos os economistas objetivam, um dia, alcançar.

Saiba mais sobre o economista Fernando Ferrari em 14 de junho de 2021: centenário de Fernando Ferrari (cofecon.org.br/2021/06/14/14-de-junho-de-2021-centenario-de-fernando-ferrari/)

A economia pós-pandemia

Por José Luiz Pagnussat

Introdução

A retomada do crescimento da economia mundial e brasileira mostra força neste primeiro semestre de 2021, em pleno auge da segunda onda da Covid-19. Todas as projeções apontam para uma forte recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) já neste ano de 2021, revertendo a forte queda de 2020, resultante dos impactos econômicos derivados da pandemia da Covid-19, na maioria das economias.

A expectativa é que se reedite a prosperidade mundial dos anos 1920, após a pandemia

do vírus influenza (gripe espanhola ou gripe de 1918) que assolou o planeta entre 1918 e 1920. Na ocasião foram dezenas de milhões de mortes e a infecção pelo vírus de cerca de um quarto da população mundial, segundo diversos autores.

Após aquela crise pandêmica, o mundo passou por elevado crescimento econômico, com aumento da produtividade do trabalhador e forte expansão da indústria, ao longo da década, até a crise de 1929. Nesse período foi que surgiu o chamado “estilo de vida americano”, baseado no consumismo, que caracteriza a prosperidade do período. É verdade também que o boom dos

José Luiz Pagnussat

Economista e conselheiro do Corecon-DF. Mestre em Economia pela UnB. Professor da Enap e UDF e ex-presidente do Cofecon (1996), do Corecon-DF e da ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia.



anos 1920 proporcionou o crescimento da especulação financeira e a superprodução, que estão no berço da crise de 1929.

O fato é que a história das grandes crises econômicas mostra um rastro de destruição dos empregos e desestruturação das atividades produtivas, mas também de importantes transformações nas atividades econômicas e o ressurgimento de uma economia mais forte nos anos que se seguem pós-crise.

A recuperação das economias nos anos 1930, após a avassaladora crise econômica de 1929, e os “anos dourados” pós-segunda guerra, são ilustrações de transformações na economia e grande prosperidade nos anos pós-crise.

A pergunta que se coloca é se o Brasil vai acompanhar a retomada do crescimento econômico mundial de forma sustentável e consolidar as transformações e inovações na economia, emergidas no contexto dos impactos econômicos derivados da pandemia da Covid-19.

A hipótese é que o Brasil deverá, sim, ter forte crescimento econômico

pós-pandemia, mas que as transformações na economia poderiam ser mais intensas se a desregulação e desburocratização, grandes inibidores do empreendedorismo e da inovação, fossem suficientes para destravar o ambiente de negócios do País e azeitar o empreendedorismo dos brasileiros.

Para introduzir o debate sobre esse tema, o artigo inicia com a análise do contexto econômico antes da pandemia; segue-se a análise da crise econômica na pandemia e dos pequenos avanços de “liberdade econômica”, para o setor produtivo encontrar saídas para a crise, provocada pelo isolamento social e blecaute econômico na pandemia. As evidências da capacidade de adaptação da economia brasileira são fortes, como mostra a comparação dos dados de fraco

desempenho da economia na primeira onda da Covid-19, com queda de 9,7% do PIB no segundo trimestre de 2020, enquanto que o PIB se mantém em crescimento no primeiro semestre de 2021, apesar da maior intensidade da segunda onda da Covid-19 nesse período.

Contexto econômico antes da pandemia

No final de 2019 e início de 2020, as perspectivas econômicas mundiais eram de desaquecimento da economia. O ano de 2019 fechou com redução do volume de comércio e forte queda da taxa de crescimento global. Antes da pandemia, as projeções de crescimento para 2020 vinham sendo reduzidas sucessivamente por todas as organizações multilaterais: Banco Mundial,

Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O cenário econômico mundial era impactado pelas incertezas em relação às eleições nos EUA, a guerra comer-

cial EUA x China, o Brexit, as tensões no Oriente Médio, o elevado endividamento corporativo e das famílias e a pouca munção das autoridades econômicas para reativar a demanda global, dado o elevado endividamento soberano e o esgotamento dos instrumentos monetários, com o afrouxamento monetário adotado no pós-crise de 2008 (*quantitative easing*) e a redução dos juros de política monetária para próximos de zero.

O Brasil amargava uma lenta recuperação da economia, após a forte e longa crise econômica e política iniciada em 2014. Nos anos de 2015 e 2016 a queda do PIB brasileiro foi de aproximadamente 7% e nos anos de 2017 a 2019 a economia cresceu 1,3%, 1,8% e 1,4%, respectivamente.

O Brasil entrou na pandemia com a economia ainda debilitada, com elevado desemprego, a

“A história das grandes crises econômicas mostra um rastro de destruição (...), mas também de importantes transformações nas atividades econômicas e o ressurgimento de uma economia mais forte nos anos que se seguem pós-crise.”

indústria com capacidade ociosa e o setor de serviços estagnado. A exceção era a agropecuária, que se mantinha com bom desempenho e elevada competitividade internacional.

Gênese da crise pandêmica

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou uma situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, com o crescimento do número de casos de Covid-19 na cidade chinesa de Wuhan. No dia 11 de março, a OMS declarou a pandemia de coronavírus, quando a contaminação já ocorria em 114 países.

Em fevereiro, muitos não viam o risco do coronavírus. A pandemia era o cenário pessimista. As projeções eram de curto isolamento, com forte redução do fluxo de pessoas e impacto econômico localizado regionalmente no 1º trimestre.

Em março, esperava-se um impacto mais acentuado, porém mais curto, sobre a atividade econômica, do que o observado em 2002/03, durante o surto de SARS - síndrome respiratória aguda grave (coronavírus SARS de 2002/03).

O surgimento da pandemia mudou a perspectiva de análise. O isolamento social que passa a ser adotado gerou uma crise econômica sem precedentes, com a parada da economia tanto pelo lado da demanda como da oferta. Foi uma crise globalizada, que atingiu todas as economias no mundo.

No início de abril, as projeções do FMI eram pessimistas, com previsão de queda de 3% da economia mundial e 5,3% da economia brasileira.

No Brasil, cresciam as preocupações com o impacto econômico das medidas drásticas de isolamento social e lockdown na economia, para reduzir o contágio e a propagação da Covid-19. Os gráficos elaborados pelos economistas Mathews Rabelo de Souza e Johann Soares, publicados pelo Valor Econômico, em 22 de abril de 2020, mostravam o trade-off entre os fortes impactos na redução da demanda com o isolamento social e o aplainamento do número de casos de Covid-19.

Abril de 2020 é o auge da primeira onda da Covid-19, com reflexos muito forte nas economias, apesar dos esforços fiscais e mone-

“O isolamento social que passa a ser adotado gerou uma crise econômica sem precedentes. (...) Foi uma crise globalizada, que atingiu todas as economias no mundo.”

tários dos diversos países. No Brasil, os Índices de Confiança setoriais (indústria, comércio, serviços, construção e consumidor) tiveram a maior queda na história. O nível de pessimismo foi recorde, mas também se recuperou com rapidez. Mais de dez milhões de trabalhadores perderam suas ocupações e o PIB brasileiro caiu 9,7% no segundo trimestre de 2020, seguindo as quedas expressivas da maioria das economias.

O Socorro às famílias e empresas

Os governos reagiram à crise com políticas fiscais e monetárias expansionistas. Segundo o Monitor Fiscal do FMI, a dívida pública mundial cresceu 13,6 pontos percentuais do PIB, em 2020, sendo esse crescimento para as economias avançadas de 16,3 pontos e para o Brasil de 11,2. Os déficits públicos foram, respectivamente, 10,8%; 11,7%; e 13,4%.

Em síntese, os governos seguiram a cartilha de: 1- prover recursos para a Saúde; 2- cuidar das famílias; 3- cuidar das empresas e; 4- garantir o funcionamento do Sistema Financeiro.

A provisão de recursos para a Saúde foi tanto de recursos financeiros, como recursos humanos, de infraestrutura e de materiais. No Brasil, o número de leitos nos hospitais cresceu mais de 10% em 2020 e os recursos repassados para estados e municípios superaram as necessidades e os custos da pandemia.

A segunda ação foi “cuidar das famílias”, que perderam suas fontes de renda com o isolamento social. Os programas de auxílio emergencial, com transferências diretas de renda às famílias, foram bem-sucedidos para manter o

consumo em muitos países. No Brasil, tanto o FMI como a OCDE apontaram a eficiência brasileira no enfrentamento à pandemia, neste campo.

Terceiro foi “cuidar das empresas”, que tiveram forte queda de receita com o *blackout* econômico. No Brasil, se destacam as isenções tributárias, a carência nos impostos, a ampliação do crédito e as garantias estatais nos financiamentos para os setores impactados, além de juros e prazos mais adequados nos financiamentos.

O quarto grupo de ações foi para “garantir o funcionamento do Sistema Financeiro”, com destaque para a injeção de liquidez no sistema bancário, a redução dos juros de política monetária, a liberação de crédito, além de garantias estatais nos financiamentos.

As ações dos governos e bancos centrais para mitigar os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a economia surtiram os efeitos esperados e as previsões de forte queda no PIB, em 2020, foram sendo revistas positivamente. A queda do PIB mundial em 2020 foi de -3,3%; do Brasil foi -4,1%; dos EUA, -3,5%; e da Zona do Euro, -6,7%; enquanto a China cresceu 2,3% no ano.

No segundo semestre de 2020, o debate no Brasil era sobre o formato da retomada do crescimento da economia, se em V, W, U ou L. Todos os principais indicadores mostravam niti-

damente a retomada em “V”, tanto da indústria, como serviços, comércio, além dos indicadores de confiança.

A recuperação econômica foi mais forte do que o esperado na maioria dos países, não só por conta da resposta de política econômica, mas principalmente pela capacidade de resposta e adaptação dos diversos setores às restrições impostas pelo isolamento social e lockdown na economia.

O Brasil e a retomada crescimento

Os freios para a retomada sustentável do crescimento econômico brasileiro são bastante conhecidos. Dois freios se destacam, o nefasto ambiente de negócios no Brasil e o peso da regulação e burocracia na competitividade dos diversos setores da economia.

Os avanços recentes na liberdade econômica foram importantes, com a Lei nº 13.874 de 2019 (Lei da Liberdade Econômica) e os Decretos de revisão e revogação de atos normativos, além do Decreto que regulamentou a Análise de Impacto Regulatório (AIR) como pré-requisito na edição e alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados.

Os avanços são importantes, mas não



suficientes para destravar o desenvolvimento brasileiro. O Brasil continua com um dos piores ambientes de negócios do mundo, com o excesso e a má qualidade das normas, em sua grande parte desnecessárias e que mais provocam prejuízos para a sociedade como um todo do que benefícios (é o peso excessivo do Estado na “cabeça do cidadão”). Entre 2013 e 2020, o Brasil piorou sua posição no ranking publicado pelo Banco Mundial sobre o ambiente de negócios (Doing Business).

O Brasil continua mantendo-se nos últimos lugares também no índice de competitividade, entre os países pesquisados pelo Fórum Econômico Mundial, em especial no quesito regulação, onde o Brasil costuma amargar as últimas posições entre os diversos países.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, entre 1988 e 2020, em apenas 32 anos da Constituição Federal de 1988, mais de 6,4 milhões de normas foram editadas no país. Ou seja, uma média de 800 normas por dia útil. Além disso, a legislação brasileira é complexa, confusa e de difícil interpretação. O Brasil está entre os últimos colocados no ranking do indicador de custos para pagar impostos, está ocupando a posição 184 entre 190 países (Doing Business). Todo empresário precisa do escritório de contabilidade e, muitas vezes, de especialistas em Direito Tributário para saber o que pagar de impostos.

Os municípios são responsáveis pela edição da maior parte das normas, 4,45 milhões de normas, e os estados vêm em segundo, com 1,86 milhões de normas.

O maior fardo da regulação governamental está nos municípios e estados, que pouco avançaram

na liberação da economia. Continua muito oneroso para as empresas cumprirem os requisitos e regulamentos da administração pública. Hoje, uma pequena empresa de 5 funcionários, por exemplo, precisa de, em média, sete alvarás e deve cumprir mais de uma centena de regulamentos e requisitos da administração pública.

Segundo a SEAE (2021, p. 7), estudo realizado em 2020 pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC, 2020), o Custo Brasil consome das empresas um valor de aproximadamente R\$ 1,5 trilhão, cifra que representa 22% do PIB. Desse valor total, somente o custo para atuar em ambiente jurídico-regulatório eficaz tem uma diferença entre 160 a 200 bilhões ao ano em relação à média dos países da OCDE.

Os escassos afrouxamentos regulatórios demandados na pandemia resultaram em grandes avanços em diversos setores da economia. Só para exemplificar, a educação on-line virou uma realidade e proporcionou avanços tecnológicos extraordinários nas práticas educacionais. Certamente, trará frutos permanentes que elevarão a qualidade do ensino brasileiro no médio e longo prazo. O problema é que a sanha regulatória e burocrática continua dando sinais restritivos às inovações e aos avanços na área.

Outro exemplo, é a telemedicina, que engatinhou para avançar na pandemia, dada a ferrenha regulação do setor e a multiplicidade de órgãos e entidades reguladoras. Apesar dos ajustes regulatórios para a telemedicina, há ainda elevada insegurança jurídica relacionada, tanto para os profissionais como para os setores econômicos da saúde. Apesar do grande aumento da demanda por serviços de saúde na pandemia, uma

“A educação on-line virou uma realidade e proporcionou avanços tecnológicos extraordinários nas práticas educacionais.”



análise superficial da economia da saúde mostra a forte redução do número de estabelecimentos de saúde em 2020.

A economia como um todo vem respondendo positivamente às dificuldades impostas pela pandemia. Os diversos setores da economia brasileira têm se adaptado às medidas de restrição de mobilidade. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em apresentação, no dia 24 de maio de 2021, destacou que o “impacto da mobilidade sobre a atividade caiu pela metade no período recente”.

A inovação e os avanços vêm sendo importantes para o bom desempenho econômico, mas sem uma melhoria permanente das políticas regulatórias, os riscos são grandes de frear o processo de inovação na economia, com a conseqüente redução do crescimento.

Considerações finais

Em síntese, estamos perdendo a oportunidade de concretizar avanços importantes na qualidade regulatória brasileira, de forma a potencializar a inovação e o empreendedorismo brasileiro; de construir um ambiente de negócios que permita aos empresários darem o grande salto de inovação e competitividade; um ambiente econômico onde os jovens poderão sair da universidade considerando a alternativa de prosperar com seu próprio negócio. Hoje isso ainda é uma aventura incerta, dado o excesso de intervenção estatal nas relações entre os agentes econômicos.

A melhoria da qualidade regulatória pode destravar a inovação e o empreendedorismo e contribuir para o crescimento econômico, a geração de emprego e a melhoria das condições de vida da população. A regulação é necessária, mas deve se pautar pelo objetivo de promover o melhor funcionamento das atividades produtivas e facilitar as relações econômicas e sociais entre os diversos atores da sociedade e não ser um entrave a mais ao bom funcionamento da economia e dos negócios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL, Doing Business 2020. Disponível em: <http://www.doingbusiness.org/> ou <http://portugues.doingbusiness.org/>

BRASIL, Decreto Nº 10.411, de 30 de junho de 2020 (DOU 01/07/20). Regulamenta a análise de impacto regulatório. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10411.htm

BRASIL (Lei da Liberdade Econômica) Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13874.htm

FMI (International Monetary Fund - IMF). Fiscal Monitor (FM), oct 2020 (e atualização de janeiro 2021). Washington, DC. 2021. (Disponível em: <http://www.imf.org/en/publications/fm>)

FMI (International Monetary Fund - IMF). World Economic Outlook (WEO), oct 2020 (e atualização de janeiro 2021). Washington, DC. 2020. (Disponível em: <http://www.imf.org/en/publications/weo>)

SEAE (Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade). Guia para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório - AIR do Ministério da Economia. Brasília: Ministério da Economia, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/reg/guias-e-manuais/referencias-e-bibliografia-guia-air/guia-de-air_vfinal_150421.pdf

Transformações da pandemia na economia e no mundo dos negócios

Rodrigo Mariano

A análise sobre os impactos econômicos da pandemia do coronavírus passa por avaliação e impactos relacionados a diversas outras áreas como saúde, demografia, cultura, política, geopolítica, entre outras. E as principais consequências da pandemia do ponto de vista econômico na sociedade estão relacionadas à recessão econômica, aumento do desemprego, e consequente redução da renda, elevação da pobreza, baixo desenvolvimento socioeconômico, e a desestruturação dos arranjos produtivos, este último, mais ainda estrutural e consequência da paralisação da produção, entraves logísticos diante da

pandemia, de falências e fechamento de empresas, concentração de mercado, entre outros.

O impacto da chegada da pandemia do coronavírus no primeiro trimestre de 2020 (janeiro de 2020 a março 2020) fez com que o PIB (Produto Interno Bruto) já no primeiro trimestre registrasse queda de 1,5% em relação ao trimestre anterior (outubro de 2019 a dezembro de 2019); em relação ao mesmo trimestre de 2019 a queda foi de 0,3%. No segundo trimestre de 2020 (abril de 2020 a junho de 2020) o PIB apresentou queda de 9,7% em relação ao trimestre anterior (janeiro de 2020 a março de 2020), entrando

Rodrigo Mariano

Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pós-graduado em Análise Econômica pela FIPE/USP, economista pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor universitário, Diretor do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, membro do Corecon-SP, conselheiro da Associação Metropolitana de Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais de Florianópolis e head de Gestão Corporativa da Associação Paulista de Supermercados.



assim no ranking das maiores quedas já registradas na série histórica do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); já em relação ao mesmo trimestre de 2019 a queda foi de 11,4%. Já no terceiro trimestre de 2020 (julho de 2020 a Setembro de 2020), a economia registrou crescimento, mas em performance insuficiente para compensar a queda diante do início da pandemia do coronavírus. O terceiro trimestre de 2020 apresentou alta de 7,7% no PIB em relação ao trimestre anterior (abril de 2020 a junho de 2020) e queda de 3,9% em relação ao mesmo trimestre de 2019. No quarto trimestre de 2020 (outubro de 2020 a dezembro de 2020) a economia apresentou alta de 3,2% em relação ao trimestre anterior (julho de 2020 a setembro de 2020) e registrou queda de 1,1% em relação ao mesmo trimestre de 2019. Já no primeiro semestre de 2021 a prévia do PIB tem a tendência a registrar alta de 2,30% em relação ao trimestre anterior e sinaliza alta de 2,27%. Esse cenário só não foi ainda pior diante de ações de contramedidas à pandemia como o Auxílio Emergencial do Governo Federal, por exemplo, que injetaram na economia, aproximadamente, R\$ 300 bilhões no ano de 2020.

E mesmo diante de um cenário econômico recessivo, a inflação demonstrou sinais de aceleração, e o choque da pandemia na economia, que afetou os preços em 2020, deve continuar afetando os preços em 2021. As paralisações, mesmo que momentâneas, nas cadeias globais de abastecimento afetaram a disponibilidade de alguns insumos e matérias primas ao redor do mundo. Aliado a isso, a taxa de câmbio favoreceu as exportações dos produtos brasileiros para o mercado externo, reduzindo a disponibilidade no mercado interno. Adicionalmente, no mercado interno, os preços administrados surpreenderam negativamente pressionando os preços, que somados a períodos de seca e estiagem mais prolongados, afetaram produtos básicos como a carne e o leite, por exemplo. Neste contexto, a inflação fica mais persistente do que poderia ser em um ambiente sem tantas incertezas, e isso está atrelado a algo mais estrutural do que conjuntural: taxa de câmbio em nível elevado, preços das commodities em alta e riscos fiscais eminentes. A junção destes fatores leva as autoridades monetárias, de modo consensual, a elevar taxa de juros para

ancorar as expectativas diante de necessidade de prêmios de riscos mais elevados diante de tanta volatilidade e incerteza, o que forçou o Banco Central do Brasil a retomar a elevação da taxa básica de juros (SELIC). O ponto de atenção neste momento, que deve ser debatido diante da junção destes fatores, é a possibilidade de uma dominância fiscal, que é a situação em que a elevação dos juros pela autoridade monetária do país gera um efeito inflacionário contrário ao esperado pela alta dos juros, diante do comportamento da dívida pública, que em parte é indexada aos juros, gerando assim, incertezas em relação à sua sustentabilidade. E isso não quer dizer que teremos ou não uma dominância fiscal, mas faz-se necessário, diante do quadro atípico vivenciado atualmente, acompanhar de perto e colocar na pauta de discussões a dominância fiscal.

A consequência, na sociedade brasileira,

“A inflação fica mais persistente do que poderia ser em um ambiente sem tantas incertezas.”



Foto: Marcelo Camargo, Agência Brasil

deste cenário do comportamento do PIB brasileiro apresentado anteriormente e das variáveis econômicas apresentadas se traduz em impactos profundos nas mais diversas variáveis econômicas e sociais e se evidencia de maneira mais efetiva, diante dos impactos percebidos e nos setores informais da economia, no aumento da pobreza e elevação do número de pessoas em situação de rua, por exemplo. Diante disso, a gravidade só não foi maior e o impacto da pandemia só não foi mais drástico, pois algumas ações de políticas públicas, se utilizando de todo o aparato de proteção social desenvolvido desde a constituição federal de 1988 e implementado pelos governos nos últimos 30 anos, possibilitaram amenizar os efeitos desta crise sem precedentes: as estruturas de proteção social como o SUS e o Programa Saúde da Família, o Programa Bolsa Família e Auxílio Emergencial como programa de transferência de renda. E é no Auxílio Emergencial que se encontra uma das maiores preocupações para 2021. Diante da desidratação a ser empenhada no Auxílio Emergencial para 2021, a evolução da pobreza e o aumento da desigualdade devem ocorrer inevitavelmente. Estimativas apontam para um incremento das pessoas em condição de extrema pobreza, que deve atingir mais de 15 milhões de pessoas, o que seria o maior número registrado desde o início da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, em 2012.

Olhando para um horizonte de curto e médio prazo, as perspectivas de crescimento da economia brasileira sinalizam para um processo de retomada, ainda que lento, de modo gradual, e isso é passo fundamental para o início do processo de melhora da situação dramática em que se encontram os indicadores econômicos e sociais,

“Estimativas apontam para um incremento das pessoas em condição de extrema pobreza, que deve atingir mais de 15 milhões de pessoas.”

e mais dramática ainda pela situação de agravamento da pobreza e desigualdade. Vale ressaltar que esta retomada depende da evolução da vacinação em massa em toda população brasileira. Mas as expectativas projetadas para o comportamento do PIB do Brasil em 2021 são positivas. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) projeta crescimento de 3,7%; o mesmo percentual é a expectativa do FMI (Fundo Monetário Internacional). Por sua vez, o Banco Mundial projeta um crescimento de 3,0% para 2021. O relatório FOCUS do Banco Central do Brasil sinaliza um crescimento de 3,5%. A projeção de elevação está baseada em algumas premissas que envolvem fatores externos e internos. A recuperação da economia chinesa tende a ser mais rápida do que o esperado, diante da retomada mais intensificada do processo produtivo nas fábricas, pela alta demanda reprimida e pela alta liquidez existente no país. Aliado a isso, o forte apoio dos bancos centrais ao redor do mundo, principalmente nos EUA e na Zona do EURO, disponibiliza maior liquidez aos mercados, que se intensificam ainda mais diante de políticas econômicas e públicas a fim de amenizar os impactos da pandemia na sociedade.

Do ponto de vista estrutural, a análise da macroeconomia e conjuntural apresenta distinções no comportamento de diversos setores de atividade econômica ao longo do período de pandemia, e acarretou mudanças importantes no ambiente econômico. Sejam pelo impacto mais agressivo em setores como comércio, turismo, lazer, bares, restaurantes, eventos e entretenimentos presenciais em geral, seja na aceleração do ambiente virtual e on-line através do desenvolvimento de plataformas de negócios ou formatos de negócios antes pouco conhecidos e difundidos.

Neste contexto, o setor de turismo, por exemplo, foi muito afetado pelas restrições impostas pelo distanciamento social e pela preocupação em relação à contaminação. Vale ressaltar que, em média, 10% dos empregos estão relacionados aos setores ligados ao turismo, que se desdobram em comércio e serviços. As saídas para o setor foram a adequação das empresas para o atendimento diante das restrições impostas, como menor taxa de ocupação das vagas de

quartos nos hotéis, medidas sanitárias de controle de aglomerações e todas as recomendações impostas pelo Ministério da Saúde. Do ponto de vista dos turistas, houve uma busca maior por turismo próximo às localidades de suas residências. Aliado a isso, o turismo relacionado à natureza também foi uma das procuras das pessoas em momento de pandemia. E sendo um país dotado de muitos recursos naturais, atrativos turísticos com belezas naturais e com um vasto território, o Brasil tem condições de apostar na saída da pandemia com incentivo ainda maior ao turismo regional, ecológico e cultural, atraindo assim não apenas mais brasileiros para conhecer seu país, mas também turistas de outras partes do mundo.

As lojas também foram muito afetadas pela pandemia, prejudicando o desempenho do comércio em geral, diante da redução do fluxo de compras de diversas categorias de produtos, principalmente, vestuário, calçados, cosméticos, entre outros. Dado que o desempenho do comércio, preponderantemente, possui relação direta com o emprego e a renda das famílias, a pandemia, que afetou diretamente ambas variáveis, fez com que ele sentisse de modo intenso seus reflexos. Mas o comércio também experimentou um processo de digitalização rápido, ágil e transformador, principalmente, nos grandes centros urbanos. Assim, o comércio eletrônico apresentou crescimento de mais de 40% de acordo com dados da ebit|Nielsen, consultoria especializada em mensuração e análise do comércio eletrônico no Brasil. E esse crescimento foi muito impulsionado pelas transformações impostas pela pandemia. Neste cenário de restrições de circulação das pessoas e de um processo de maior tempo dentro dos lares, as compras se concentraram através das plataformas eletrônicas em detrimento das lojas físicas e compras presenciais. Os supermercados tiveram processo de adaptação e ajuste rápido para a inserção do ambiente digital de modo ágil no atendimento a esta nova demanda pela compra on-line. Os setores de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos também



O setor de turismo foi muito afetado pelas restrições impostas pelo distanciamento social. Em média 10% dos empregos estão relacionados aos setores ligados ao turismo, que se desdobram em comércio e serviços.

Foto: Arquivo/Tânia Rego, Agência Brasil

se adaptaram neste sentido para atender a crescente demanda do comércio on-line. E esta adaptação passa por ajustes em sua estrutura organizacional investindo cada vez mais em tecnologia, marketing, gestão do estoque e na operação voltada para o recebimento do pedido de modo virtual até a entrega na casa do consumidor.

E a tendência é de permanência de parcela significativa das compras de alguns tipos de produtos e de alguns segmentos se consolidarem através da compra on-line, e as lojas físicas, que já estavam em um processo de se ajustarem para um local de maior prestação de serviços e geração de experiência, tendem a intensificar este modelo de negócio, fazendo com que o relacionamento entre o comércio e o consumidor seja realizado por meio de experiências, degustações, showroom e demais ações para apresentação de produtos, para fidelização dos clientes, e a compra de fato poderá ocorrer a qualquer momento em qualquer local, seja on-line, pelo site, pelo aplicativo, pelo Marketplace ou outra plataforma qualquer.

Os restaurantes também passaram por processo similar em que as restrições impostas pela pandemia impactaram de maneira expressiva o desempenho deste segmento, acarretando em dispensa de muitos empregos e até do fechamento de bares e restaurantes que não suportaram as quedas vertiginosas em suas receitas. Este choque tende a ser sentido de modo mais rápido por ser um setor intensivo em uso de capital humano e com estoque de itens perecíveis,

o que torna a gestão do estoque desafiador em momentos de incertezas. Neste contexto, a estratégia para se manter no negócio foi buscar transformações ou até mesmo inovações para que houvesse a continuidade do atendimento aos clientes de maneiras alternativas. Assim, houve o desenvolvimento de atendimento delivery, por exemplo. A utilização das plataformas de entrega como iFood, Uber Eats e Rappi também foi uma prática adotada por parcela dos restaurantes. Outras alternativas também se acentuaram e tornaram mais recorrentes durante a pandemia, como o drive thru, no qual o consumidor vai até local com o seu meio de transporte, faz o pedido e o retira, e ainda, o takeaway, em que o consumidor faz o pedido on-line ou por telefone e retira no local. E o ponto de destaque de um processo inovador neste segmento recai sobre as “dark kitchens”, empresas e negócios de alimentação que ofertam apenas a opção de delivery, em que são utilizados espaços muitas vezes compartilhados em que as refeições são preparadas e entregues aos consumidores que fazem seus pedidos on-line, e a tendência é que este formato de negócio permaneça mesmo após a pandemia.

Como se pode observar nos exemplos citados, as plataformas de negócios digitais proporcionaram a manutenção de algumas atividades econômicas relevantes, mas não foram suficientes para suprir as necessidades impostas diante da pandemia e de seus impactos na atividade econômica e em toda sociedade.

Para a melhora do ambiente econômico será preciso forte atuação coordenada do setor público e privado. E para que isso se viabilize, é necessária a atuação do Governo Federal, com a participação efetiva do Congresso Nacional, em

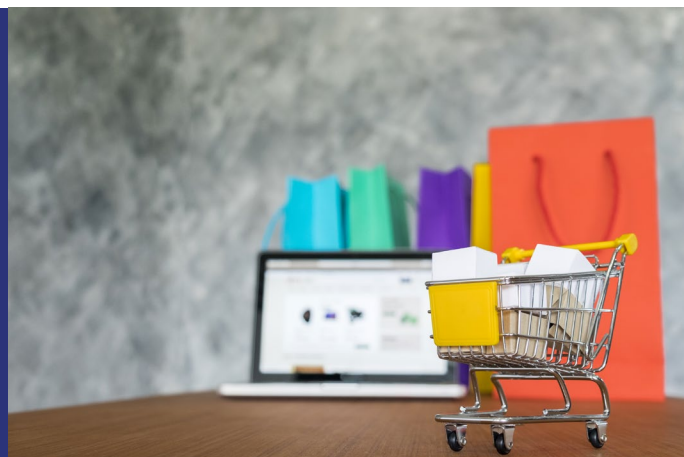
avanços de reformas estruturais que o país necessita, tais como a reforma tributária e a reforma administrativa. E, aliado a isso, é necessário avançar em relação aos desafios fiscais impostos ao longo das últimas três décadas, com elevação da carga tributária sem a contrapartida em serviços públicos de qualidade à população.

Nosso desafio após a pandemia, além dos citados acima, será de nos preparar e solidificar os alicerces da sociedade para proteger a todos de novas ondas de covid-19 no mundo e buscar alternativas para minimizar os impactos de uma nova pandemia no futuro. E, em paralelo, iniciar toda a organização para o mundo futuro, que envolve: a organização dos fatores de produção de um mundo cada vez mais digital, extrapolando assim, os limites de capital, terra e trabalho; as discussões acerca dos direitos, deveres e liberdades do mundo digital; o processo de tributação em um mundo em que as relações são mais virtuais do que físicas e que envolverão cada vez mais a comercialização de serviços do que de bens.

E lembrando que precisamos, em paralelo, fazer o básico bem feito, que é cuidar da educação, da saúde, da fome e desnutrição e da pobreza, e isso só é possível através de políticas econômicas coordenadas - política fiscal e monetária e políticas públicas de educação e demais políticas que tenham como prioridade a geração de emprego, geração de renda, redução das desigualdades e promoção do bem-estar e da justiça social.

Para além das ações de curto prazo, precisamos olhar para frente, para o longo prazo da economia do Brasil, pois é lá que mora o futuro da sociedade brasileira.

“As plataformas de negócios digitais proporcionaram a manutenção de algumas atividades econômicas, mas não foram suficientes para suprir as necessidades impostas diante da pandemia.”



O impacto da pandemia na educação básica brasileira

José Henrique Paim Fernandes

A tragédia causada pelo Sars-Cov-2 em todo o planeta tem grandes proporções e é inédita. Nenhuma outra pandemia causou um impacto tão devastador em termos de vidas perdidas e do ponto de vista econômico e social. Segundo o relatório anual sobre a situação da saúde no mundo da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgado em 21 de maio de 2021, o número de mortos direta ou indiretamente pela Covid-19 em todo o planeta, desde 2019, atingiu 3 milhões. Mas, segundo a vice-diretora-geral de dados da OMS, Samira Asma, devido à subnotificação, este número pode ser de duas a três vezes maior,

ou seja, de 6 a 9 milhões de mortes.

No campo da educação, o impacto é igualmente devastador. Dados da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) revelam que, devido à pandemia, aproximadamente 1,6 bilhão de alunos deixaram de ir à escola por um largo período de tempo e 190 países suspenderam as aulas presenciais em todo o território, impactando cerca de 94% da população estudantil mundial durante meses. Informações atualizadas do Mapa de Monitoramento Interativo da Unesco mostram que, passado um ano do início da pandemia, mais de 800 milhões

José Henrique Paim Fernandes

Economista professor da FGV EBAPE e diretor do FGV DGPE. Ocupou o cargo de secretário municipal em Porto Alegre na área de Captação de Recursos e Cooperação Internacional e Secretário de Estado de Coordenação e Planejamento. Ex-ministro da Educação, secretário executivo e presidente do FNDE. Foi funcionário do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL e diretor da Área Social do BNDES.



de estudantes ainda enfrentam interrupções significativas em sua escolarização.

“1,6 bilhão de alunos deixaram de ir à escola por um longo período de tempo”

Em 31 países, as instituições de ensino continuam fechadas; em outros 48, os horários estão reduzidos ou as escolas funcionam só em meio-período. Atualmente, as escolas estão totalmente abertas apenas em 101 países. No entanto, em diversos deles as atividades acadêmicas não estão se dando como antigamente. O mais comum tem sido o ensino híbrido, com parte das aulas na escola e parte on-line, por meio do ensino a distância.

Relatório publicado no site da Unesco no dia 25/1/21 revela que as escolas de todo o mundo passaram, em média, 2/3 do ano letivo de 2020 fechadas – uma enormidade, em termos de aprendizagem não realizada, e com consequências que, no futuro, atingirão até mesmo o PIB dos países. “Em média, em uma escala mundial, as escolas estiveram totalmente fechadas por uma média de 3,5 meses (14 semanas) desde o início da pandemia, número que pula para 5,5 meses (22 semanas) quando se considera o fechamento localizado de escolas”, diz o documento.

A duração dos fechamentos, evidentemente, varia de região para região. Na região da América Latina e Caribe, a média de fechamentos completos é de até cinco meses (20 semanas), enquanto na Europa, a média é de 2,5 meses (10 semanas) e, na Oceania, de apenas um mês. O mesmo ocorre quando se consideram os fechamentos localizados: na América Latina e Caribe, a duração dos fechamentos completos e localizados excedeu sete meses (29 semanas), enquanto a média mundial foi de 5,5 meses (22 semanas). Segundo o relatório da Unesco, o Brasil está entre os países com o período mais longo de fechamento das escolas: 40 semanas.

Naturalmente, esta situação afeta direta-

mente a educação, especialmente a educação básica, que depende diretamente do contato entre as pessoas, da figura do professor e da escola, que tem um papel central não somente por reunir crianças para terem aulas, mas por facilitar todo o seu processo de socialização e o desenvolvimento de competências ligadas às habilidades socioemocionais, como tolerância, empatia, respeito à diversidade, fundamentais à sua vida futura.



Segundo o documento Agindo Agora para Proteger o Capital Humano de Nossas Crianças, do Banco Mundial, os estudantes de países que permaneceram com seus sistemas escolares fechados por 13 meses irão sofrer perdas de conhecimento da ordem de 1,7 ano de escolaridade. Na América Latina e Caribe, a parcela de crianças que não consegue ler e compreender um texto simples ao terminar o ensino fundamental pode aumentar de 51% para 62,5%, o que representa aproximadamente mais de 7,6 milhões de crianças pobres de aprendizagem. E mais de dois em cada três estudantes dos últimos anos do ensino fundamental e do primeiro ano do ensino médio não seriam capazes de entender um texto de tamanho moderado. Afirma também o documento que “No médio e longo prazos, isso representará perdas significativas de capital humano e produtividade. Os prejuízos na aprendizagem podem traduzir-se em um custo econômico agregado de perda de ganhos de 1,7 trilhão de dólares (em PPP de 2017) para 10 meses de fechamento das escolas. Com mais de 80% dos estudantes

abaixo dos níveis mínimos de proficiência, as perdas de aprendizagem prejudicariam fortemente a obtenção de habilidades básicas pelos estudantes em vários países.” (BANCO MUNDIAL, 2021).

Aumento da desigualdade educacional

Outra alarmante consequência da pandemia é o aumento da desigualdade educacional. Segundo o estudo Tempo para Escola na Pandemia, dos professores Marcelo Nery e Manuel Camillo Osório, com base em micro dados da PNAD Covid-19, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o tempo médio de estudo de alunos entre seis e 15 anos durante a pandemia foi de 2,37 horas diárias por dia útil – menos que o mínimo previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). E quanto mais velhos os alunos, menos foram as horas de estudo. Essa constatação revela que há uma grande possibilidade de aumento da evasão escolar na faixa dos alunos mais velhos, que podem ser atraídos pelo mercado de trabalho. Sem aulas e sem atividades acadêmicas em casa, eles podem se sentir desmotivados a retomar os estudos na volta às aulas.

Estima-se que as perdas de aprendiza-



gem sejam substancialmente maiores para os estudantes mais pobres do que para os mais ricos. Cerca de 23% das crianças da classe E não receberam atividades escolares no período, ao passo que, na classe AB, foram 2,88%. As crianças da classe E tiveram 4,39 dias de estudo remoto, em média, e na classe AB, foram 4,84. Essa desigualdade também se expressa em outros campos, como raça, região e sexo. Crianças

e adolescentes pretas, pardas e indígenas são a maioria entre os excluídos da escola em 2020. Estudos realizados pela Unicef com base em dados retirados da PNAD Covid-19 em novembro de 2020, revelam que as crianças entre seis e dez anos vivendo em áreas rurais das regiões Norte e Nordeste são as mais atingidas pela exclusão escolar durante a pandemia em 2020. A precariedade das condições de vida e a falta de acesso à internet nessas regiões contribuem fortemente para a ausência de contato entre aluno e professor no período em que as aulas presenciais estiveram suspensas e o modelo de ensino adotado foi o ensino a distância. A distribuição de crianças e adolescentes entre seis e 17 anos por sexo confirma a maior exclusão escolar dos meninos quanto mais eles avançam na idade.

Em seu artigo Desigualdades Educacio-

“Estima-se que as perdas de aprendizagem sejam substancialmente maiores para os estudantes mais pobres do que para os mais ricos.”

nais durante a pandemia, Cavalcante, Komatsu e Menezes-Filho (2020) afirmam que “a desigualdade educacional entre alunos de escolas públicas e privadas deve aumentar. De maneira geral, alunos de instituições privadas estão mais preparados em termos de infraestrutura para acessar materiais educativos durante o período de distanciamento social. Além disso, as instituições privadas parecem ter se adaptado melhor ao ensino à distância em comparação com as gestões públicas, conseguindo fornecer atividades escolares para serem realizadas em casa para a maioria dos alunos dessas instituições.”

Para eles, esses resultados indicam que “políticas públicas que visam diminuir os impactos da pandemia na desigualdade educacional devem atuar de modo a garantir que alunos de instituições públicas, de grupos socioeconômicos mais vulneráveis e de estados com pior

desempenho nos testes padronizados continuam suas atividades estudantis mesmo com o fechamento das escolas”.

Uma condição importante para que isso ocorra é o acesso às tecnologias digitais tanto por professores quanto por alunos – o que torna a conectividade uma questão capital para a educação brasileira nos dias de hoje.

Existem, desse modo, diversos e complexos desafios a serem enfrentados para superar ou, ao menos, amenizar os prejuízos da pandemia nas atividades educacionais. Alguns deles são:

Dois calendários em um ano: o fato de não ter havido aulas em 2020 e de 2021 ser o ano da retomada exige um detalhado e abrangente planejamento. Além da preparação das atividades de um ano letivo “normal”, os gestores escolares terão de enfrentar e resolver problemas como o dos alunos que, em 2020, estavam no 5º ano do ensino fundamental e, naquele município, os anos finais do ensino fundamental serem ofertados pelo estado. Ou seja, os alunos cursarão aula em progressão continuada no município e estarão matriculados em escola da rede estadual. Ou, então, o estudante do 9º ano do ensino fundamental que não teve aula em 2020 e vai para o ensino médio, que é da rede estadual. Como administrar esta situação se o estudante não terá mais matrícula no município?

Retomada da agenda da aprendizagem – gestão e currículo: serão dois anos de currículos a serem cumpridos em um único ano. Isto vai exigir a definição de uma estratégia para recuperação do conteúdo curricular, por exemplo, com o estabelecimento de um currículo de transição para todas as turmas. A complexidade aumenta porque será preciso fazer uma avaliação diagnóstica de cada aluno para saber qual o nível de proficiência de cada um deles para estabelecer estratégias de trabalho individuais. Para que isto aconteça, será preciso ter uma gestão escolar voltada para a aprendizagem.

- *Acolhimento socioemocional:* o bem-estar socioemocional de estudantes, professores, gestores e trabalhadores da educação está em risco. Todos tiveram danos emocionais, além de mui-

tos terem sofrido os efeitos socioeconômicos da perda de idosos – que teve forte impacto na renda das famílias mais desfavorecidas – e do desemprego. Essa situação pode gerar, inclusive, um movimento de abandono e evasão escolar porque as famílias podem precisar que o jovem estudante assuma um trabalho para ajudar na renda familiar.

Formação continuada dos professores: a educação não vai mais ser a mesma depois da pandemia porque será preciso conviver com transformação digital, aspectos emocionais etc. Os professores devem ser formados para trabalhar com essa nova situação.

Busca ativa: uma das principais estratégias para evitar a evasão e o abandono escolar é a busca ativa do estudante evadido ou em risco de abandono. Será necessário usar toda a rede de proteção social – envolvendo as áreas de saúde, assistência social e educação – não apenas na busca ativa desses alunos, mas também para enfrentar questões relacionadas à violência doméstica e a abusos sexuais.

Aprendizagem híbrida e comunicação comunitária: é necessário aprimorar um modelo de aprendizagem em que o ensino presencial e o remoto coexistam, já que este parece ser o novo normal do futuro. A oferta de ensino remoto multimodal deve considerar estratégias explícitas para chegar aos grupos mais desfavorecidos e apoiá-los. O envolvimento de pais e familiares com os professores, por meio de uma comunicação interativa, é fundamental para o sucesso da educação a distância e da aprendizagem híbrida.

Educação digital e assistência estudantil: a interrupção das atividades acadêmicas impediu serviços que a escola oferece, como alimentação escolar, o que afeta diretamente a vida de milhões de crianças que têm, nela, a única ou a principal refeição do dia. Por outro lado, com a pandemia e o ensino a distância, ter uma conexão com a internet para estudar é fundamental – o que leva à necessidade de um programa de assistência estudantil nacional de inclusão digital, nos moldes dos programas nacionais do livro didático, de

transporte e de alimentação escolar.

Vacinação dos professores: apesar de o Ministério da Educação não ter se manifestado a respeito da prioridade na vacinação contra a Covid-19 de professores e profissionais da educação, essa é uma medida importante para dar maior segurança e tranquilidade aos estudantes e às famílias na volta às aulas.

À falta de posicionamento do Ministério da Educação, no último dia 27 de maio, seis governadores selaram uma proposta de “Pacto Nacional pelo Retorno Gradual, Seguro e Efetivo às Aulas Presenciais”, a ser submetida aos demais governadores de estados brasileiros, com a definição de semanas específicas, nos meses de junho e julho, para a vacinação de profissionais de educação, de modo a garantir a volta às aulas em agosto.

É importante lembrar, portanto, que a omissão do MEC em orientar e ter uma presença ativa junto às redes municipais e estaduais de educação tem se mostrado prejudicial ao enfrentamento da pandemia e suas consequências sobre a educação nacional. Embora, constitucionalmente, a gestão da educação seja autônoma e compartilhada pelos três entes federativos, as grandes políticas e diretrizes têm de ser ditadas pelo MEC para que o sistema nacional de educação possa oferecer um ensino de qualidade à população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL (2021). Agindo Agora para Proteger o Capital Humano de Nossas Crianças. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/03/17/hacer-frente-a-la-crisis-educativa-en-america-latina-y-el-caribe>. Acesso em 25/5/21

CAVALCANTE, V.; KOMATSU, B.K. e MENEZES FILHO, N. Desigualdades Educacionais durante a pandemia. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/Policy_Paper_n51.pdf. Acesso em 17/5/21

IBGE. PNAD Covid-nov. 2020

NERY, M. e OSÓRIO, M.C. Tempo para Escola na Pandemia. Rio de Janeiro, RJ: FGV Social, out. 2020. Disponível em: <https://www.fgv.br/cps/TempoparaEscola>. Acesso em 17/5/21

UNESCO (2021). Disponível em: <https://en.unesco.org/news/unesco-figures-show-two-thirds-academic-year-lost-average-worldwide-due-covid-19-school>. Acesso em 25/5/21

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância (2021). Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na educação. Abril de 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>. Acesso em 26/5/21.



Quando a crise chega, **o economista** já está em ação.

Muitas pessoas podem ser surpreendidas por uma crise, mas não os economistas. Usando o instrumental da Ciência Econômica ele pode prever situações antes que aconteçam e planejar soluções para o momento mais adequado.

Economista, mantenha o registro profissional em dia e continue planejando o melhor futuro para o nosso país.

PROCURE O CORECON DA SUA REGIÃO.

O mundo pós-pandemia e a preocupação com o futuro do planeta

Por Marcus Eduardo de Oliveira

A emissão desenfreada de gases de efeito estufa (CO₂, metano e óxido nitroso), perturbações climáticas, ondas de calor, secas, desmatamento, elevação do nível dos oceanos, degradação do solo, escassez de água potável, esgotamento dos ecossistemas, diminuição da biodiversidade e o desaparecimento de espécies (um mamífero de cada quatro, um pássaro de cada oito e um terço dos anfíbios estão ameaçados, segundo a União Mundial pela Conservação da Natureza), são, decerto, situações que levam ao desequilíbrio planetário e nos convidam à rigorosa reflexão. Para ir direto ao assunto, eis um

fato: pela primeira vez a humanidade se encontra diante dos limites da biosfera; e cada vez mais, como é razoável presumir, a nossa espécie tem destruído o legado ambiental. Diante disso, precisamos reconhecer logo de saída: as consequências são estarrecedoras.

Erros, falhas e os nossos dramas atuais

Enfrentamos uma realidade perturbadora, em meio a uma crise ambiental, em grande extensão, que toca todos os sentidos da vida. Os dados são consistentes: depois de atingirmos

Marcus Eduardo de Oliveira

Economista e ativista ambiental.
Autor de *Civilização em desajuste com os limites planetários* (CRV, 2018), entre outros.



pela primeira vez a sobrecarga da Terra (overshoot) em meados da década de 1990, seguimos avançando pelo caminho errado. Hoje em dia, a humanidade está consumindo 30% mais do que aquilo que a Terra pode repor. Por razões fáceis de compreender, nossos fracassos, erros e falhas são gritantes e contraproducentes. Fracassamos até mesmo na maneira como organizamos a sociedade. Erramos – e muito – ao confiar ao mercado (sinônimo de poder político) a tarefa de guiar nossos destinos. Falhamos em nossas crenças: nem sequer deixamos de acreditar que um PIB maior nos proporcionará mais prosperidade. E, tão grave quanto, falhamos com quem menos deveríamos cometer desatinos: a Natureza (matriz e parceira da vida). Isso é especialmente verdade quando nos defrontamos com a dimensão dos impactos humanos causadores de danos alarmantes à Casa Comum. Um exemplo entre mil: vinte e dois por cento da massa terrestre do planeta já foi alterada pelos humanos apenas entre 1992 e 2015, escreve David Wallace-Wells (2019)¹. De igual modo, em recente trabalho publicado na Nature, consta que, entre 1960 e 2019, 17% da superfície dos continentes mudaram pelo menos uma vez. A humanidade mexeu um total de 43 milhões de km², ou, a cada ano, uma área equivalente aos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul somados.²

A partir de uma perspectiva ampliada, há, com efeito, mais estatísticas que corroboram nosso péssimo comportamento, por assim dizer.

Segue mais um exemplo: em 300 anos, a área global de floresta encolheu, aproximadamente, 40%. As florestas desapareceram completamente em 25 países, e outros 29 perderam mais de 90% de sua cobertura florestal. E o pior é que este declínio continua nas florestas tropicais.³ E não é só isso: segundo o Relatório Dasgupta⁴, entre os anos de 1992 e 2014, os processos de produção e consumo ao redor do mundo foram responsáveis pela perda de 40% dos estoques de capital natural per capita. Fora isso, outro drama cotidiano continua muito presente: ainda hoje, temos consideráveis dificuldades de diminuir – ao menos no ritmo que se espera - o nível de poluição do ar, razão pela qual, afirma a Organização Mundial de Saúde, OMS⁵, mais de 90% da população mundial respira um ar que não é seguro. No mundo todo, a poluição (algo que a humanidade parece ignorar) responde por uma em cada seis mortes. E há ainda uma considerável falha no seio da teoria convencional que convém anunciar: a ciência econômica não mensura a conservação da biodiversidade, *i.e.*, não incorpora a questão ecológica nos modelos macroeconômicos; e tampouco inclui na contabilidade do PIB o esgotamento dos recursos naturais.

Polêmicas à parte, talvez por isso, de modo geral, prevalece a dúvida sobre qual é a escala da economia compatível com a base ecológica. Colocando de modo diferente: até que ponto é possível estimular o crescimento – ponto medular da macroeconomia - sem aumentar



“Mais de 90% da população mundial respira um ar que não é seguro. No mundo todo, a poluição responde por uma em cada seis mortes.”

a degradação ambiental e desgastar as fontes não renováveis? Veja bem. Como a economia é vista como um todo - algo maior que tudo, para ser rigoroso no uso do termo -, não é nenhuma surpresa, pois, que se dê ênfase à ideia corrente de que é possível um crescimento sem fim, condição habitualmente disfarçada na expressão "crescimento sustentável", um erro colossal, para sermos claros. Caso se amplie essa perspectiva, observando estritamente a relação entre a economia e a biodiversidade, dado o jeito como a economia global é organizada, também não causa estranheza (ou ao menos não deveria causar) o aparecimento de iminentes perigos (riscos) ao sistema-vida. A propósito, vale um exemplo cujo desdobramento está na ordem do dia: quase 90% das espécies de animais vão perder habitat para a agricultura até 2050, quando é estimado o uso de pelo menos 2 milhões de km² de novas terras agrícolas. Manifestadamente, aí começa (e potencializa-se) parte considerável de mais um de nossos dramas atuais. O motivo é simples de entender. Para atender aos múltiplos interesses produtivos, o engenho humano não hesita em danificar extensas áreas naturais, invadindo e alterando radicalmente o habitat natural selvagem, sem que se leve em conta os riscos decorrentes. Neste particular, não se pode perder de vista que a Covid-19 é uma doença zoonótica contemplando diversos tipos de enfermidades transmitidas de animais para humanos. De tal maneira que a conclusão soa pernicioso: dezesseis por cento de todas as mortes no mundo podem ser atribuídas a doenças contagiosas, e as zoonoses representam 60% das doenças contagiosas conhecidas e 75% das doenças contagiosas recentes, segundo os Institutos Nacionais de Saúde.⁶

Estimativas da evolução de atividades econômicas carbono-zero no mundo pós-pandemia

Vale começar essa parte da conversa a partir de uma observação-chave: os últimos sete anos, de 2014 a 2020, foram os mais quentes já registrados, e a década inteira, 2011-2020, é, seguramente, a mais quente desde 1880, ano em que as medições começaram a ser feitas. Se em 2020, por motivos óbvios, as emissões de dióxido de carbono fóssil diminuíram em cerca de 2,4 bilhões de toneladas. Para 2021, segundo informações do serviço meteorológico nacional do Reino Unido, o Met Office, é necessário redobrar a atenção, a concentração de CO₂ na atmosfera chegará a níveis históricos, ultrapassando 417 partes por milhão (ppm), sendo o maior crescimento já registrado desde o século 18, no início da atividade industrial⁷. Para ser pragmático, ocorre que muitos de nós reconhecemos que isso tudo provoca a necessidade de uma radical mudança de comportamento, quer seja em nossos hábitos e relações pessoais, quer seja no que tange às práticas de empresas/indústrias e governos/nações. Nessa última direção, como nenhum país é capaz de resolver a crise ambiental sozinho, convém destacar que várias ações já estão em avançado curso mundo afora. Citemos brevemente algumas delas. Com Biden, os EUA (segundo maior emissor mundial) voltam ao compromisso de discutir o papel das mudanças climáticas, e, a partir da chamada série de Contribuições Nacionalmente Determinadas (CND), acenam com o objetivo de neutralidade de carbono até 2050. Antes disso ainda, até 2030, planejam reduzir suas emissões entre 50% e 52%. A China (responsável por mais de 25% das emissões mundiais) se comprometeu com a neutralidade de carbono até 2060. Até 2030, a União Europeia também se comprometeu a reduzir suas emissões de CO₂ em ao menos 40%, em relação a 1990. O mesmo acontece com o Canadá, grande potência energética - o quarto maior produtor mundial de petróleo e o quinto maior emissor de CO₂ per capita - que anunciou recentemente uma nova meta de redução de emissões de carbono de 36% até 2030 com relação aos níveis de 2005. E tem mais:



Onça-pintada, um dos diversos animais ameaçados de extinção.

Foto: Ivo Lima/Ministério do Esporte

países como Nova Zelândia, França e Reino Unido (esse último, cabe destacar, inscreveu a neutralidade de carbono em sua lei e prevê reduzir suas emissões em 68% até 2030 em relação a 1990) tornaram a divulgação de riscos climáticos obrigatória.

Importante ponto de observação: na busca por soluções carbono-zero, nada menos que 34 bancos centrais aderiram à Rede para Transformação Verde do Sistema Financeiro, através da qual estão trabalhando para assegurar uma transição suave para uma economia de baixo carbono⁸. Vistas em conjunto, algumas projeções, devidamente amparadas na possibilidade de avanço da tecnologia, merecem amplo destaque: antes de 2024, os veículos elétricos (VEs) superarão os a combustão interna, tanto em custo quanto em qualquer outro critério de compra de veículos, como paridade de preço de fábrica⁹. E embora o número de VEs ainda seja pequeno (pouco menos de 400 mil unidades de quatro rodas), o estágio de experiências já se encontra ultrapassado e as vendas crescem rapidamente pelas vantagens apresentadas, incluindo, claro, alta eficiência energética (cf. informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Eficiência Energética).

Fora isso, num breve tempo futuro, carros elétricos autônomos conectados a semáforos inteligentes mudarão completamente o fluxo do trânsito nas grandes cidades (lembrando, a propósito, que as áreas urbanas geram 70% do PIB global e respondem por 70% das emissões de ga-

ses de efeito estufa, além de consumirem 60% de energia) que, por sinal, também sofrerão incontáveis transformações, incluindo notadamente a necessidade de gerenciamento de resíduos sólidos e pressões por descarbonização.

Mais um detalhe pertinente: ainda que se saiba que superar a “velha economia” – a economia linear, como alguns gostam de chamar – não é tarefa fácil, principalmente devido ao poder de lobby e sua alta influência, os “ventos de mudanças” não deixam de soprar a favor do equilíbrio planetário. Posto esse sentimento, é dado como certo que a economia circular (extensão máxima da vida dos produtos) será a regra no futuro. Interessante notar aqui, além do mais, que isto vem a reboque de esperadas mudanças nos padrões de consumo, com um público cada vez mais crítico (consciente, para ser taxativo); por isso, capaz de se recusar, por exemplo, a comprar produtos cuja origem é devida a desmatamentos ou mesmo à pesca predatória.

A expectativa de um Green New Deal e, quem sabe, de um Blue New Deal

Ainda em termos de boas expectativas, é esperado que (...) “a evolução de atividades econômicas carbono-zero até 2030 gerará mais de 35 milhões de novos empregos em todo o mundo, na energia renovável, em edificações energeticamente eficientes, em esquemas locais

“Antes de 2024, os veículos elétricos (VEs) superarão os a combustão interna, tanto em custo quanto em qualquer outro critério de compra de veículos”



“A evolução de atividades econômicas carbono-zero até 2030 gerará mais de 35 milhões de novos empregos em todo o mundo.”

de produção/distribuição de alimentos e na restauração de áreas degradadas, entre outras atividades”¹⁰. Todavia, o fato é que estamos nos aproximando de pontos de ruptura nas próximas décadas que envolvem um amplo conjunto de substanciais transformações: da revolução do conhecimento biológico da humanidade (com estudos de genômica às técnicas que identificam e tratam doenças múltiplas, p.ex.) à digitalização da economia (processo imposto pelo surto pandêmico); dos investimentos na chamada indústria de base (aço, cimento, plástico) à agricultura (com novas práticas agrícolas sustentáveis), passando ainda pela inteligência Artificial (IA) e, de modo bem prático, pela construção de novos negócios de energia renovável (uma vez que “a solar e a eólica são a forma mais barata de nova geração de energia em países que respondem por mais de 70% do PIB global”¹¹).

E tem mais. Com os olhos postos na sustentabilidade, há quem argumente, dentro de uma configuração geral, que a questão inadiável dos próximos tempos é a de colocar em prática o que tem sido atualmente chamado de Green New Deal Global (GND), com estimativa de investimento médio de 2,5% do PIB global ao ano; e agora já se fala, também, de um Blue New Deal (BND), discutindo de que forma a preservação dos recursos hídricos pode ser parte integrante da estratégia de adaptação climática. Especificamente em relação ao GND, para resumir, trata-se de uma proposta analítica e um desafio político capaz de desenhar uma matriz energética de emissão zero (investimento em energia limpa) até 2050, “aumentando consideravelmente os níveis de eficiência energética, fornecendo energia limpa e renovável em abundância com preços iguais ou inferiores aos que os combustíveis fósseis e a energia nuclear têm hoje, com tendência de queda”.¹²

Rumo à construção de uma Comunidade da Terra

Se o GND e o BND (planos realistas de superação), voltados a melhorar o padrão de vida da comunidade humana, vão dar certo ou não, caso venham a ser efetivados, só o tempo será capaz de responder. Hoje o que se sabe é que o nosso futuro depende mesmo do equilíbrio a ser dado à cadeia ecológica que rege a vida na Terra. Implica pensar seriamente em ecossistemas sustentáveis. O que requer, por um lado prático, a partir de um elevado esforço político, a construção de uma economia global de emissão zero (a conferir: 70% da economia global promete isso até 2050). Por fim, apurando o olhar e a percepção, a questão que se impõe não pode ser outra: precisamos estimular par excellence à conscientização ambiental de todos os atores sociais, não deixando de dar voz aos que sentem de perto os efeitos da degradação ambiental (povos da floresta, produtores rurais, ribeirinhos e indígenas). Manifestadamente, tudo isso, vale acreditar, está envolto num compromisso/ação primal: teremos de encontrar uma maneira de construir uma Comunidade da Terra (biocivilização) ligada à criação de uma ordem social mais humana. Esse é, ao fim e ao cabo, o desafio maior a ser enfrentado no mundo pós-pandemia.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Recolhido de DAVID WALLACE-WELLS, “A Terra inabitável – uma história do futuro”. São Paulo: Cia das Letras, (2019), p.189.
- (2) Para mais detalhes, consultar <www.climainfo.org.br> – último acesso em 14 mai 2021.
- (3) Dados divulgados pela FAO/ONU (2001; 2006), com base em “The Economics of Ecosystems & Biodiversity – Teeb Interim Report”. O documento integral pode ser baixado em formato pdf em <www.teebweb.org>
- (4) Relatório assinado por PARTHA DASGUPTA, economista da Universidade de Cambridge, a pedido do tesouro Britânico, lançado em fevereiro de 2021.
- (5) Health Effects Institute, “How Clean is your Air?”. State of Global Air, 2019.
- (6) Disponível em <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2020/04/doencas-zoonoticas-zoonoses-infecao-coronavirus-animais-humanos-covid-19-ebola>>
- (7) Disponível em <<https://canaltech.com.br/meio-ambiente/emissao-de-co2-na-atmosfera-deve-bater-recorde-em-2021-177454/>>
- (8) Network for Greening the Financial System (NGFS) (2020). Disponível em <<http://www.ngfs.net/>>
- (9) UBS Group (2020). Tearing Down the Heart of na Eletric Car Lab 2: Cost Parity a Closer Reality? Disponível em <<https://www.ubs.com/global/en/investment-bank/in-focus/2020/heart-of-eletric-car.html>>
- (10) New Climate Economy (2018) Unlocking the Inclusive Growth Story of the 21 st Century: Accelerating Climate Action in Urgent Times. <http://newclimateeconomy.report/2018>
- (11) BloombergNF (2020). New Energy Outlook (2020). Disponível em <http://about.bnef.com/new-energy-outlook/#toc-download>
- (12) Ver, a propósito, o excelente trabalho-entrevista de NOAM CHOMSKY e ROBERT POLLIN, “Crise climática e o Green New Deal Global”. Rio de Janeiro: Roça Nova Editora, (2020), p.146.

O papel dos incentivos fiscais federais na transição energética do Brasil

Renata Barbosa Monteiro Machado

Introdução

Estamos na Era do Antropoceno. De acordo com Alves (2020), trata-se de um novo período da história “em que o ser humano se tornou a força impulsionadora da degradação ambiental e o vetor de ações que são catalisadoras de uma provável catástrofe ecológica” (ALVES, 2020).

Para esse mesmo autor, a Revolução Industrial e Energética impulsionou o uso generalizado de combustíveis fósseis e também o aceleramento da produção de mercadorias e meios de subsistência, ocasionando o aumento das ati-

vidades antrópicas (ALVES, 2020).

Com isso, percebe-se que o crescimento econômico tem modificado as condições climáticas no planeta, ocasionando em diversos impactos, como: a insegurança alimentar, propagação de vetores transmissores de diversas doenças, escassez hídrica e eventos climáticos extremos (VIANNA, 2020).

Nesse contexto, as mudanças climáticas estão diretamente relacionadas com o aquecimento global, em que o planeta pode apresentar alterações ocasionadas, por exemplo, pelas variações na atividade solar. O atual aquecimento

Renata Machado

Economista e bióloga com experiência em análise de viabilidade econômica e financeira visando a obtenção de incentivos fiscais e/ou financiamento a longo prazo. Atua como docente, coordenadora e pesquisadora.



excessivo da temperatura vem se tornando alvo de grande debate político, ambiental e econômico na sociedade, uma vez que este aumento gera desequilíbrios no sistema climático, causados principalmente pela emissão de gases de efeito estufa oriunda das atividades humanas.

A maior parte dos gases de efeito estufa (GEE) são emitidos pelo uso de combustíveis fósseis, seguidos do desmatamento e utilização de solos para agricultura e pecuária, fazendo com que a sociedade como um todo procure adotar medidas que minimizem a utilização dessas fontes de energias. Com isso, uma das medidas eficazes que se propõem ao equilíbrio da temperatura da Terra é a utilização de recursos naturais como fonte de energia renovável, uma vez que o principal emissor dos gases poluidores, o combustível fóssil, origina-se dos recursos não-renováveis, tais como: petróleo, gás natural e carvão mineral.

Nesse cenário, torna-se fundamental promover políticas públicas, como as de incentivos fiscais a empreendimentos de energias renováveis, que possibilitem a transição da matriz energética do planeta, incluindo a do Brasil, composta em sua maioria de fontes não-renováveis, para uma matriz que utilize fontes renováveis.

“Uma das medidas eficazes que se propõem ao equilíbrio da temperatura da Terra é a utilização de recursos naturais como fonte de energia renovável.”

Políticas públicas ambientais e climáticas

Políticas públicas são programas ou ações governamentais responsáveis por promover bens e serviços à sociedade, quer na área da educação, da saúde, da infraestrutura, da cultura, do desenvolvimento econômico, ambiental, bem como na mitigação e adaptação às mudanças climáticas (IPEA, 2018).

Quando se trata da questão ambiental e climática, as políticas públicas se configuram como um conjunto de esforços com o qual o poder público pode exercer a sua autoridade na tentativa de melhorar ou evitar a deterioração da qualidade ambiental e climática e avaliar tais políticas se torna importante para *“revelar especificações implícitas dos objetivos quando estes são muito gerais, para determinar quais produtos, resultados ou nexos causais sobre os quais se deve coletar dados e para combinar objetivos com efeitos”* (MICKWITZ, 2006 apud ASSIS, 2012, p. 14).

No Brasil, por apresentar condições climáticas que favorecem as energias renováveis, principalmente as fontes eólicas e solar, verifica-se a importância da promoção de políticas públicas que viabilizem o aumento da produção de energias limpas na região. Nesse ambiente, tais políticas podem beneficiar os empreendimentos, através de incentivos fiscais e financiamento da cadeia produtiva. Esse ganho econômico implica também em um ganho ambiental na medida em que ameniza tanto os impactos causados pelas mudanças climáticas como também a escassez hídrica.

As políticas de desenvolvimento regional no país foram desencadeadas na região que apresentava os maiores problemas econômicos e sociais, o Nordeste, ocasionados, principalmente, pelas secas, pobreza, concentração industrial na Região Centro-Sul, concentração de renda, desemprego, pequeno dinamismo econômico, dentre outros (MILANE; PESSOA, 2011).

Dentre essas políticas públicas, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada em 2007 pelo Decreto nº 6.047/2007, criada para garan



tir o acesso a bens e serviços de qualidade para população destas regiões menos favorecidas, reduzir as desigualdades do País e oportunizar o desenvolvimento mediante a atração de empreendimentos. Para a efetivação de todos estes programas e planos a PNDR contou com alguns instrumentos de financiamento, como é o caso dos Incentivos Fiscais.

Foram recriadas as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Nordeste (SUDENE) e do Centro Oeste (SUDECO), que ficariam a cargo da aplicação dos Incentivos Fiscais e Fundos de Desenvolvimento Regionais.

Portanto, discutir e avaliar o desempenho dos instrumentos de políticas existentes que promovam a produção de energias renováveis no país, como os incentivos fiscais federais destinados aos empreendimentos de energias alternativas, propõe-se a fazer uma reflexão a respeito do papel do Estado no que consiste ao conjunto de reflexos para o desenvolvimento econômico e socioambiental, além de estimular a utilização de fontes renováveis na matriz energética do país, promovendo assim a transição energética.

Incentivos fiscais e transição energética

Mediante o cenário de mudanças climáticas em decorrência, principalmente, do aquecimento global e degradação ambiental, diversos países buscam tomar medidas para a diminuição nas emissões de GEE. Uma das medidas eficazes seria a transição energética, que possibilitaria a migração de uma matriz energética focada nos combustíveis fósseis, um dos principais causadores do aumento de GEE, para uma com

baixa ou zero emissões de carbono, baseada em fontes renováveis.

Ainda hoje, a economia mundial depende da exploração de energias não renováveis, como a utilização de combustíveis fósseis, o qual representa cerca de 75% do consumo mundial (IPECE, 2018).

Para tanto, é necessário, dentre outras medidas, demandar a alocação de fontes renováveis atrativas para aumentar os investimentos do setor privado em tecnologias de eficiência energética e energia renovável.

Para assegurar a produção de energias renováveis no Brasil, que em grande parte ocorre devido às políticas de desenvolvimento regional no país, dentre as quais se destacam as de incentivos fiscais, as quais possuem por objetivos principais: desonerações fiscais; enquadramento dos projetos no regime de tributação de lucro presumido, em vez de lucro real; desconto na tarifa de uso dos sistemas de transmissão e distribuição para a fonte; e condições de financiamento diferenciadas para projetos de energia eólica.

Diante do exposto, um dos objetivos para que os estados adotem as políticas de incentivos fiscais é o de atrair empreendimentos, oferecendo-lhes benefícios fiscais, financiamentos e infraestrutura, cabendo às Superintendências de Desenvolvimento estimular, por meio da administração desses incentivos, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação (SUDENE, 2019).

Em nível federal, a concessão de benefícios tributários figurados nos incentivos fiscais constitui um dos objetivos da PNDR e cabe às

“Ainda hoje a economia mundial depende da exploração de energias não renováveis, como a utilização de combustíveis fósseis, o qual representa cerca de 75% do consumo mundial.”

Superintendências de Desenvolvimento, tendo à frente o Ministério da Integração Nacional (MI), estimular, por meio da administração desses incentivos, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação.

Os incentivos e benefícios fiscais têm como fonte a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos.

Alguns dos tributos previstos no ordenamento jurídico brasileiro são: IPTU; IPVA; PIS e o PASEP; Cofins; ICMS; IPI; ISSQN; IR; contribuições previdenciárias, sindicais, taxas de limpeza pública, coleta de lixo e iluminação pública.

De acordo com os Relatórios de Incentivos e Benefícios Fiscais, elaborados pelas Superintendências regionais, os incentivos fiscais têm suas origens na década de 60, através da Lei nº 4.239 (27/06/1963), sendo concedidos a empresas instaladas nas áreas de atuação da SUDAM, SUDENE e SUDECO em algumas distintas modalidades, a saber: redução de 75% do IRPJ; isenção do IRPJ; reinvestimento de 30% do IRPJ; isenção do AFRMM, extinta em 2015; depreciação acelerada, extinta em 2018 (SUDENE, 2019).

De acordo com o Balanço Energético Nacional (BEN), em 2019, na matriz energética brasileira, mesmo com maior participação de energia de fontes não-renováveis, o uso de energias renováveis é maior que nos outros países, correspondendo a 45%, onde a energia hidráulica repre-

senta uma maior participação (EPE, 2020).

Já em relação às fontes disponíveis para geração de energia elétrica, a participação das energias renováveis, tendo como principal a hidráulica, é maior do que as fontes não-renováveis. Em 2019, a energia elétrica oriunda de fontes renováveis correspondia a 83%, onde a hidráulica contribuía com 64,9% da matriz elétrica no país. Porém, vale ressaltar que em 2020, 89% da energia consumida na região Nordeste veio da eólica, com geração média diária de 8.650 MW, contribuindo para evitar a emissão de milhões de toneladas de CO₂. Isso demonstra a importância da utilização de energias alternativas para o meio ambiente e também o desenvolvimento da região (EPE, 2020).

Porém, o grande entrave da matriz energética brasileira não é a utilização de combustíveis fósseis, tendo em vista que as renováveis representam quase 90% da produção de eletricidade, oriunda principalmente da energia hidráulica. Faz-se necessária a diversificação da fonte renovável para outras além das hidrelétricas, com o intuito de diminuir os impactos socioambientais e também pela vulnerabilidade hídrica, uma vez que dependente do regime de chuvas (SILVEIRA, 2018).

Assim, para assegurar a segurança energética e promover a transição para o uso de fontes renováveis, faz-se necessário, dentre outras medidas, oferecer incentivos fiscais a empreendimentos de energias renováveis, como a eólica e solar. Porém, destaca-se que um dos entraves para viabilização desta fonte de energia renovável continua sendo o elevado custo de investimento em tecnologias e infraestrutura.



Foto: Divulgação Agência Brasil/
Usina Hidrelétrica de Mauá

“Faz-se necessária a diversificação da fonte renovável para outras além das hidrelétricas, com o intuito de diminuir os impactos socioambientais e também pela vulnerabilidade hídrica.”

Conclusão

Em relação aos incentivos e benefícios fiscais federais, verificou-se o crescente aumento de empreendimentos pertencentes ao setor de energias renováveis, salienta-se que o aumento do uso de fontes renováveis na matriz energética e elétrica, em especial a solar e eólica, onde somente no ano de 2018 foi contabilizado investimentos da ordem de R\$ 8,1 bilhões, com 56 pleitos de redução de 75% do IRPJ aprovados, gerando cerca de 273.135 empregos na RNB, através da implantação de diversos parques eólicos, além de 4 empreendimentos voltados para a produção de energia solar.

Evidencia-se que essas reduções, isenções e deduções para investimento são instrumentos que buscam estimular a produção de determinados setores, como no caso o setor de energias renováveis.

Tais instrumentos não têm apenas um caráter fiscal, de redução de arrecadação ou de financiador da cadeia produtiva. Seus objetivos principais são o desenvolvimento econômico e social do país e no caso do setor de energias renováveis, essas políticas acabam por diminuir a emissão de GEE, por reduzir os impactos socioambientais decorrentes da produção elétrica oriunda de combustíveis fósseis e por auxiliar na transição energética.

Além de programas de incentivos fiscais, para o êxito da implantação de energias renováveis no país e, conseqüentemente, da transição e eficiência energética, torna-se necessário que sejam adotadas políticas complementares, dentre as quais destacam-se: normas para recursos de eletricidade renovável e eficiência energética, com metas obrigatórias para as empresas de serviços públicos ou outros administradores em cumprir a redução do consumo de energia dos consumidores ao longo do tempo; fundo de benefícios públicos, que são utilizados para apoiar projetos de energia renovável, eficiência energética, assistência a famílias de baixa renda e pesquisa e desenvolvimento para novas tecnologias que beneficiem diretamente o público; políticas fiscais e de incentivos, através de isenções do imposto sobre vendas e do imposto sobre propriedade, créditos fiscais, subsídios e programas de abatimentos, com vistas a complementar os incentivos fiscais federais existentes, dentre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. D. Antropoceno: a Era do colapso ambiental. Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>. Acesso em 29 de maio de 2021.

ASSIS, M. P.; MALHEIROS, T. F.; FERNANDES, V.; PHILIPPI JR. A. Avaliação de Políticas Ambientais: desafios e perspectivas. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v.21, supl.3, p.7-20, 2012

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. Balanço Energético Nacional (BEN) 2020. Ano Base: 2019.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Indicadores Sociais – 2017. Fortaleza, 2018.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post. Brasília, 2018, v. 2, 4 p.

MILANI, A. M. R; PESSOA, S. R. N. Análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2003-2010) sobre a Economia do Nordeste. UFAL, 2011.

SILVEIRA, P. G. Energia e mudanças climáticas: impactos socioambientais das hidrelétricas e diversificação da matriz energética brasileira. Revista Opinião Jurídica. Vol. 17 nº.33 Medellín Jan./June 2018.

SUDENE. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Relatório de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros Projetos Beneficiados em 2019. Recife, 2020.

VIANNA, N. A. Pesquisadora da Fiocruz Bahia explica relação entre pandemia e meio ambiente, Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://www.bahia.fiocruz.br/pesquisadora-da-fiocruz-bahia-explica-relacao-entre-pandemia-e-meio-ambiente/>. Acesso em 31 de maio de 2021.



Cofecon arrecada cestas virtuais: PARTICIPE!

Contamos com o seu apoio para garantir alimentos e itens de higiene pessoal para moradores de favelas.



Saiba mais em:
tinyurl.com/2psbcahz

Ouçã o podcast do Cofecon sobre
“Insegurança alimentar: Desafios para que o
alimento chegue a todos”.



Disponível no
Deezer e Spotify

Impactos da pandemia nas cadeias de valor: acima de que, Brasil?

Por Cristina Fróes de Borja Reis

A pandemia da COVID-19 instaurou uma perversa crise humanitária, com milhões de vítimas que se contagiaram ou morreram, causando sofrimento imensurável nas sociedades, tanto pelos problemas de saúde quanto pelos efeitos devastadores da fome, pobreza, desemprego e violência. No Brasil, a desesperança em relação ao futuro cresce com os graves dramas políticos e sociais que afrontam a democracia e a cidadania, como o cínico comportamento negacionista que estampa a ignorância e a crueldade do nosso tempo. Mas também com a falta de perspectivas materiais de retomada do investimento, que rea-

tivaria a dinâmica de emprego e renda.

A inserção dos países nos fluxos financeiros e produtivos mundiais, como os de comércio e investimento, impacta diretamente as possibilidades de desenvolvimento. A participação das empresas domésticas na divisão internacional do trabalho, sob a alcunha de cadeias globais de valor, determina a quantidade e a qualidade de parte significativa dos empregos gerados, a partir das tecnologias de produção disponíveis. Em outras palavras, os tipos das atividades produtivas desempenhadas nos processos produtivos de bens e serviços para os mercados internos e es-

Cristina Fróes de Borja Reis

Doutora em Economia pela UFRJ. Professora dos Bacharelados de Ciências Econômicas e Relações Internacionais; e do Programa de Pós Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. Diretora do Núcleo de Estudos Estratégicos em Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS/ UFABC) e vice-coordenadora do Grupo de Pesquisas em Cadeias Globais de Valor da (CGV/ UFABC).



trangeiros, em geral determinadas pelas estratégias de governança das empresas transnacionais líderes, são definidoras do padrão de produtividade e salários de uma economia.

Na hierarquia de poder dessas cadeias, a expressão “em geral” faz toda a diferença, pois existem diversas exceções em termos geográficos, setoriais, mercadológicos. Construir diferenciais competitivos que possibilitam o upgrading nessas cadeias, face a uma concorrência claramente desigual, tem sido objeto de estudo de diversos analistas de empresas privadas, governos, universidades etc. A maioria recomenda que empresas e governos realizem iniciativas proativas que vão desde o fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação (CT&I), passando por políticas comerciais e industriais condizentes com um regime macroeconômico favorável, até medidas para elevar a eficiência de gestão operacional, estabelecendo uma lógica de planejamento de longo prazo que melhore a qualidade da atuação nas cadeias.

Desde o momento em que a China tomou suas primeiras medidas, tal atuação foi certamente desafiada pela pandemia e pelas rupturas e/ou abalos nestes fluxos de capital, bens e serviços, desde quando a China tomou suas primeiras medidas para conter o vírus. Embora problemas continuem acontecendo, muitas cadeias produtivas conseguiram superar as dificuldades. Neste sentido, o relatório de dezembro do ano passado do braço industrial da ONU (UNIDO) apontava que o índice Container Throughput Index do RWI sugeria que as graves rupturas no comércio global a partir dos portos chineses no início da pandemia (e que se espalharam para outros portos ao redor do mundo) recuperaram-se rapidamente, voltando aos níveis pré-pandêmicos ao final de 2020. Também a produção chinesa logrou retorno antecipado da atividade econômica, com a produção industrial se recuperando para níveis pré-pandêmicos já em junho de 2020. Porém, a situação de outros países não foi tão resiliente: em novembro de 2020, a maioria das regiões ainda não havia atingido seus níveis de produção de antes da crise, ainda segundo a UNIDO.

Em 2021, as novas ondas de contágio fragilizaram outra vez as cadeias globais. Entre os

“Em 2021, as novas ondas de contágio fragilizaram outra vez as cadeias globais.”

exemplos dramáticos constam a falta de equipamentos de proteção individual ou de aparelhos respiradores em certas localidades, bem como de insumos para produção de vacinas. Tem-se, também, dificuldades nas cadeias de alimentos que trouxeram inflação: o índice do Banco Mundial de preços de commodities se elevou substancialmente, notadamente em óleos, carne bovina e grãos – como o arroz, sendo que nos países de baixa e média renda os preços de comida passaram da média anual de 87 em 2019, 92 em 2020 e 126 em maio de 2021 (2010=100). Foram bem divulgadas, adicionalmente, sérias discontinuidades de abastecimento de semicondutores, afetando diversas cadeias de produtos ligadas a aparatos eletrônicos, destacando-se a automobilística.

De modo mais geral, “a concentração tipicamente amplifica a volatilidade” das cadeias, segundo o policy brief Global Value Chains: Efficiency and Risks in the Context of COVID-19 da OCDE de fevereiro de 2021. Deve-se entender concentração tanto em termos de empresas, quanto de países. As cadeias de fornecimento com pouca diversidade de fornecedores ou clientes têm maior probabilidade de serem perturbadas por rupturas, podendo ainda ampliar a propagação de choques. Isso porque não é trivial alterar a rede de contratos das cadeias no curto prazo – sendo que em certos casos simplesmente não existem alternativas. Tomando-se grupos de produtos, a OCDE aponta que computadores e telefones apresentam, de longe, o mais alto grau de concentração no mercado global de exportação (quase 80% das exportações concentradas em 5 países, incluindo a China). Também constam que o fornecimento de bens intermediários se faz menos concentrado do que de bens finais. Em especial, o setor farmacêutico é altamente concentrado: 65% das vendas globais são feitas pelas 20 maiores empresas multinacionais (“Big Pharma”) e 92% das exportações se concentram em 20 países (em comparação com 61% nos ou

tros produtos e 65% do PIB mundial).

A maior integração com mercados globais, dependendo de sua qualidade, pode ser uma faca de dois gumes: de um lado, permite que economias menores atinjam uma base de clientes maior; de outro, as torna mais expostas a choques de demanda externa do que as grandes economias. Como exemplifica aquele documento da OCDE, esse seria o caso dos fabricantes dos países da Europa Central e Oriental que fornecem insumos para o setor automotivo europeu, ou das empresas irlandesas que fornecem para o setor global de tecnologia da informação. Em geral, a vulnerabilidade está ligada a altos coeficientes de exportação e de penetração de importações concentrados em poucas empresas de um reduzido rol de países de destino ou de origem, como China, EUA e países da Europa.

Desde meados dos anos 2000, a China se fortalece como o principal centro de produção e destino de valor adicionado das cadeias mundiais, assumindo liderança inclusive em computadores e eletrônicos, substituindo os Estados Unidos e a Coreia do Sul. Entretanto, a primazia ainda não se alastrou a todas as indústrias, como a automobilística, liderada por Alemanha e EUA. No setor de serviços, prevalecem economias de alta renda, como EUA, Reino Unido, Alemanha e França. Logo, choques nas grandes economias vão causar consideráveis rupturas nas cadeias globais, como aconteceu na pandemia.

Mas diante da recuperação dessas economias e das respostas de seus e de outros governos e grupos empresariais para tornarem suas cadeias mais resilientes, vislumbram-se novos caminhos para as nações periféricas, como o Brasil, ficarem atentas. Um deles trilha a reindustrialização, pois empresas e Estados de nações desenvolvidas e em desenvolvimento apostam em políticas para o reshoring, diversificação industrial, regionalização e replicação para elevar a resiliência das cadeias – como aponta o relatório de investimentos da UNCTAD, 2020. Noutro, abrem-se oportunidades na esteira da disputa sino-estadunidense já no paradigma 4.0 de sustentabilidade em torno de setores-chave como os pertinentes à digitalização/inteligência artificial/manufatura aditiva, os pertinentes à economia da saúde (tipo instrumentos médicos e hospita-

“Choques nas grandes economias vão causar consideráveis rupturas nas cadeias globais, como aconteceu na pandemia.”

lares e produtos farmacêuticos, incluindo vacinas e medicamentos relacionados à COVID-19), e os pertinentes às inovações ecológicas, principalmente as de energia renováveis.

Nesse sentido, EUA e China dão claros recados ao mundo: estão investindo para valer em tornar suas economias carbono-neutras em 30 a 40 anos. Este pode ser o novo eixo articulador da dinâmica de crescimento nestes países. No relatório anual da Agência de Energia Internacional (WER/IEA, 2021), lançado em abril, estima-se que o investimento global em energia crescerá 10% em 2021, revertendo a queda durante a pandemia. Sua composição se deslocou da produção tradicional de combustível, para infraestrutura e geração de energia. Conforme o IEA mostra, os investimentos em energia limpa devem dobrar na década de 2020 para evitar que as temperaturas globais aumentem 2°C, ou triplicar para uma estabilização a 1,5°C (chegando a USD 4 trilhões). Isso vai requerer ações governamentais, incluindo arquitetura financeira, para acelerar os portes de capital e promover continuamente inovações tecnológicas.



Assim, o plano quinquenal 2021-2025 quer tornar a China um país inovador líder até 2035, focando tecnologias 4.0, como inteligência artificial de próxima geração, semicondutores, computação em nuvem e redes 5G - de forma que os gastos com P&D se elevem mais de 7% a cada ano. Ainda em 2021, o governo quer reduzir a intensidade energética chinesa em cerca de 3%; e 13,5% em 5 anos. Pretende-se impulsionar o desenvolvimento de novas fontes de energia, para os combustíveis não fósseis crescerem de 15% para 20% na matriz de uso de energia até 2025.

Nos EUA, o governo de Biden e Harris anunciou em 2021 os planos de Resgate da América e o da Família Americana, bem como o de Empregos e Infraestrutura, destacando uma força-tarefa para maior resiliência das cadeias de suprimentos e revitalização da indústria americana. O plano de resgate promove ações de proteção social no contexto da pandemia, com aumento de gastos e mais progressividade na tributação, como auxílio emergencial e seguro-desemprego. O plano das famílias prevê melhorias no acesso e qualidade dos sistemas de saúde e educacional. O plano de empregos e infraestrutura investe para girar a indústria do país, com USD 1,3 trilhões em infraestrutura (em 10 anos) e USD 2,2 trilhões em energia limpa (somente nesta gestão do governo federal).

No relatório de junho da Casa Branca, a força-tarefa por resiliência em cadeias identificou os pontos mais críticos para os EUA, a saber: transformação de semicondutores, baterias de

grande capacidade, minérios e materiais estratégicos (terras raras, em especial), produtos farmacêuticos e ingredientes farmacêuticos ativos (API). Tais vulnerabilidades se devem, conforme destacado, à capacidade da indústria de transformação dos EUA; aos incentivos desalinhados e mentalidade/comportamento de curto prazo nos mercados privados; às políticas Industriais adotadas pelas nações aliadas, parceiras e/ou concorrentes; à concentração geográfica do fornecimento global no Leste asiático; à coordenação internacional limitada.

Como solução, recomenda-se 1) Reconstituir capacidades de produção e inovação, principalmente nas indústrias-chave – com medidas diversas de incentivo de P&D, capacitação dos trabalhadores, apoio a micro e pequenas empresas; 2) Apoiar o desenvolvimento de mercados que investem em trabalhadores, valorizam a sustentabilidade e impulsionam a qualidade – com novos padrões de investimento em minérios essenciais e de API; 3) Alavancar o papel do governo como comprador e investidor em bens críticos – especialmente o federal; 4) Reforçar as regras do comércio internacional, incluindo os mecanismos de aplicação do comércio; 5) Trabalhar com aliados e parceiros para diminuir as vulnerabilidades nas cadeias de fornecimento globais; 6) Monitorar rupturas da cadeia de abastecimento a curto prazo à medida que a economia reabre a partir da pandemia.

Ora, em ambos países temos uma ampliação do Estado na esfera econômica e política, doméstica e internacional, não somente por causa da necessidade de medidas anticíclicas que contornem a crise da COVID-19, mas como indutor de longo prazo dos investimentos nas tecnologias e indústrias estratégicas da primeira metade do século XXI: o paradigma 4.0 sustentável. Os esforços das duas principais potências mundiais, mesmo que se não concluídos totalmente, sinalizam maior concentração de poder e riqueza, afastando a periferia do núcleo que cria e se apropria dos lucros dos padrões tecnológicos produtivos e financeiros mundiais.

Então, os espaços de resistência para as empresas e nações de menor poder nos mercados, como o Brasil, tornam-se ainda mais reduzidos. Mas os líderes do “Brasil acima de tudo” vão



na direção oposta do mundo para contornar os impactos da pandemia e planejar o futuro. Baseados em uma ideologia ultrapassada e distorcida de liberalismo, tornam o Estado cada vez mais fascista. Sem técnicos, sem planejamento, sem visão civilizada de curto e longo prazo, o governo federal desempenha uma horrível tratativa da crise sanitária, move-se sem diplomacia nas relações externas (invés de agilmente buscar parceiros para a contornar as rupturas nas cadeias citadas, especialmente das vacinas), detém uma visão de política econômica antagônica ao desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Assim, o Brasil vai aprofundando a de-

“Sem técnicos, sem planejamento, sem visão civilizada de curto e longo prazo, o governo federal desempenha uma horrível tratativa da crise sanitária, move-se sem diplomacia nas relações externas.”

pendência econômica e a decadência política, debilitando a infraestrutura de bens públicos fundamentais para a sociedade - como educação, saúde, arte e cultura, infraestrutura, CT&I, segurança energética e alimentar, e o meio ambiente. Para não ir mais abaixo na pobreza material e mental, precisamos de uma outra coalizão política e social, de espírito verdadeiramente democrático, qualidade técnica e visão de desenvolvimento no sentido pleno do termo: inclusivo e sustentável. A partir de um Estado mais representativo dos interesses populares, a nação pode buscar caminhos soberanos diante do paradigma tecnológico mundial, mapeando suas cadeias, identificando nichos de atuação em que já possui relevância (ressaltando-se certos produtos dinamos da produção nacional – as energias renováveis, os alimentos, fármacos e químicos, máquinas e equipamentos, serviços diversos), buscando melhorar a distribuição da renda entre classes sociais, gêneros, grupos étnico-raciais e regiões do território.



Boas e más notícias

A recuperação da economia mundial é boa notícia, mas deverá necessariamente ser acompanhada pela retirada de estímulos, elevando as incertezas de mercado.

Roberto Padovani

O cenário pós-pandemia deverá ser positivo, mas sem ser exuberante. De um lado, há o alívio com a reabertura das economias e um novo ciclo de crescimento global. De outro, o debate sobre as estratégias de retirada de estímulos estará presente, trazendo instabilidade aos mercados, principalmente no caso dos emergentes com piores fundamentos.

Tem sido arriscado desenhar cenários durante a pandemia. Os últimos meses mostram que a imprevisibilidade tem sido uma marca da crise atual. O rápido contágio da doença fez com que, de modo inédito, todas economias e setores

parassem ao mesmo tempo. Diante disso, os governos agiram de modo intenso, rápido e coordenado, com maiores gastos públicos, redução de juros e aumento de liquidez nos mercados. Como resultado, a economia global recuperou-se com uma velocidade inesperada, gerando desequilíbrios entre demanda e oferta e pressionando a inflação de forma também não antecipada.

A boa notícia é que o cenário internacional é bem melhor que o observado nos últimos três anos, quando havia uma leitura de fim de ciclo e muitas incertezas na América Latina¹. Naquele momento, os dez anos de recuperação após a

Roberto Padovani

Economista formado pela USP, administrador pela FGV e tem mestrado em economia também pela FGV. Possui cerca de 30 anos de experiência como economista e é colunista da Agência Estado e da GloboNews. Antes do Banco BV, ele fez parte do time global do Banco WestLB, sendo responsável pela América Latina. Foi também sócio por 10 anos da Tendências Consultoria e assessor do Ministério da Fazenda durante o Plano Real.



crise financeira de 2008 e uma expansão mundial sincronizada em 2017 fizeram com que os juros de longo prazo nos Estados Unidos ficassem pressionados, mudando a inclinação da curva e sinalizando o risco de uma recessão. Este quadro foi reforçado pelo aumento das tensões geopolíticas e por indicadores econômicos de curto prazo piores nos Estados Unidos, Europa e China. Não por outro motivo, os preços de commodities voltaram a cair em termos reais, aumentando as incertezas políticas e econômicas em vários mercados emergentes, como foi o caso da Turquia em 2018 e da América Latina em 2019².

“A boa notícia é que o cenário internacional é bem melhor que o observado nos últimos três anos.”

Neste momento, diferentemente, as condições de liquidez são inéditas depois de estímulos fiscais e monetários intensos e sincronizados³. Da mesma forma, a transição política nos Estados Unidos reduziu a volatilidade geopolítica, favorecendo a volta dos capitais para os mercados considerados mais arriscados.

Apesar das incertezas em relação à oferta global de vacinas e ao ritmo da imunização, as projeções indicam um crescimento robusto na China, mesmo considerando o início da retirada de estímulos. No caso dos Estados Unidos, menores custos de produção e os incentivos de política fortalecem a retomada em uma economia considerada referência em termos de flexibilidade e eficiência. Com China e Estados Unidos avançando, a Europa deverá ser positivamente impactada, reforçando um ciclo sincronizado.

A superação da recessão favorece a recuperação defasada dos mercados de trabalho e crédito, dando tração para o próprio ciclo. Interessante notar que é possível que, desta vez, a crise não seja acompanhada por uma crise financeira, como é o padrão histórico⁴.

Neste contexto, o risco global se reduz e os preços de commodities seguem em alta, be-

neficiando os emergentes. Os países asiáticos se destacam por apresentarem maior crescimento, inflação mais baixa e uma melhor situação em contas externas. Europa Oriental, Oriente Médio e África concentram os piores casos, enquanto a América Latina está em uma situação intermediária em função das dúvidas fiscais e turbulências políticas.

A má notícia, no entanto, é que a retomada internacional será necessariamente acompanhada pelo debate sobre a retirada dos estímulos econômicos concedidos no auge da crise, em 2020. A volta da inflação antecipou esta preocupação. A rápida recuperação da economia global produziu simultaneamente um movimento de normalização de preços e pressões generalizadas de custos gerados por pressão em commodities e pela desorganização das cadeias produtivas. Estes movimentos foram reforçados no Brasil pela desvalorização cambial, resultado dos maiores ruídos ambientais e sanitários locais.



Neste caso, chama atenção a forte diferença de opiniões. Para a maior parte dos banqueiros centrais, as pressões correntes de preços seriam temporárias em virtude do esperado reequilíbrio das cadeias produtivas, acomodação no ritmo de alta dos preços de matérias primas, menores impulsos fiscais e ociosidade no mercado de trabalho. Um argumento adicional é a tendência de queda da inflação norte-americana nas últimas décadas. Mesmo com a economia no pleno emprego em 2019, os índices de preços oscilaram ao redor da meta.

As projeções de inflação mostram que a maior parte dos analistas concorda com esta

leitura. O índice de preços ao consumidor esperado para 2021 e 2022 nos Estados Unidos é de, respectivamente, 3,1% e 2,3%. Para a Europa, estes números são de 1,6% e 1,4% ⁵. Diante deste cenário, não haveria por que esperar uma rápida revisão de estratégia dos bancos centrais, sugerindo que o comportamento dos juros de longo prazo deve convergir gradualmente para a média dos últimos anos. Desde 2009, o rendimento dos títulos de 10 anos oscila ao redor de 2,5%, pata-mar também entendido como próximo aos juros nominais neutros.

Os investidores, porém, seguem preocupados com a intensidade dos estímulos fiscais e seus impactos inflacionários. A ideia principal é que a despeito da ociosidade, a mudança dos regimes monetário e, principalmente, fiscal produz um cenário inédito e represente uma ruptura com o que se viu nas últimas décadas.

Existe, neste momento, uma convergência de opiniões, tanto ortodoxas quanto heterodoxas, em torno da necessidade de maiores gastos públicos. Além de a crise abrir espaço para estímulos anticíclicos, a chamada nova teoria monetária incentiva a expansão fiscal ⁶ e os juros baixos reforçam a tese de que o aumento de dívida não implica problemas de solvência ⁷. Neste caso, o único freio para a expansão fiscal seria a inflação.

Por este aspecto, a política monetária não ajuda a acalmar os mercados. Desde 2020 o banco central norte-americano passou a usar uma média plurianual como meta, o que implica uma gestão formalmente guiada mais pela inflação passada que pelas expectativas, ou seja, uma postura de maior tolerância com a alta de preços.

Outro fator de incerteza é o comportamento do mercado de títulos. A expansão fiscal e o fim do programa de compras do FED podem levar a um desequilíbrio entre oferta e demanda de papéis, justificando altas mais expressiva dos rendimentos das *treasuries*. Quanto maiores os estímulos fiscais e os riscos inflacionários, mais rapidamente a estratégia de aumento de balanço do FED seria revista, acelerando a correção dos juros de 10 anos.

O debate no Brasil é parecido. Para o Banco Central, é possível uma normalização parcial da taxa de juros. A retomada forte da economia

no segundo semestre de 2020 e os choques no início do ano tornaram o nível dos juros básicos incompatíveis com os riscos inflacionários. O hiato de produto e a ancoragem das expectativas de inflação, contudo, permitem um realinhamento moderado, capaz de manter os estímulos de política. É o que refletem as projeções. A mediana das expectativas coletadas pela autoridade monetária projeta uma normalização parcial da taxa de juros, alcançando 5,75% ao final deste ano e 6,5% em 2022.

Para o mercado, diferentemente, choques persistentes e dúvidas sobre a trajetória do câmbio pressionam as expectativas de inflação. Na mesma linha, o fato de não haver mais desvios de inflação e de crescimento no horizonte relevante de política sugere que os juros deveriam caminhar rapidamente para seu nível neutro.

As diferenças de leituras no Brasil e no mundo, portanto, se resumem à questão da ociosidade e da intensidade e continuidade dos estímulos fiscais. Enquanto os bancos centrais temem retirar precocemente os estímulos, há o temor de que eles sejam prolongados por mais tempo que o necessário.

Infelizmente, não será possível saber rapidamente se há excesso de complacência dos governos ou preocupações exageradas de investidores. A inflação acumulada em 12 meses continua em alta e as incertezas presentes em relação à pandemia dificultam estimar a ociosidade e antecipar as estratégias de política econômica. Sem respostas claras, os ativos financeiros devem continuar voláteis.

Este tema é fundamental não apenas para avaliar as condições de continuidade da expansão global, mas também porque o quadro é marcado por dívidas públicas e privadas mais elevadas e piora de fundamentos em vários mercados emergentes. Com menores estímulos, os fluxos globais de capitais podem trazer instabilidade às economias consideradas mais arriscadas.

O cenário, deste modo, traz boas e más notícias. De um lado, há uma sólida retomada global. Por outro, as dúvidas sobre retirada de estímulos e seus impactos sobre os mercados estará presente. Tudo sugere um cenário positivo, mas sem euforia.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ O ano de 2019 foi particularmente difícil na América do Sul. Houve tensões políticas agudas na Venezuela em maio e, em outubro, mudanças eleitorais na Argentina, crise política no Peru e protestos de rua no Chile e Equador. O ano se encerrou com a renúncia do presidente da Bolívia em novembro.

² O preço do cobre, termômetro de crescimento global, mostrou queda em 2018 e 2019 e só voltou a se recuperar a partir de maio de 2020.

³ Em apenas um ano, os bancos centrais do Japão e, principalmente de Estados Unidos e Europa, aumentaram de modo significativo e simultâneo seus balanços, injetando uma liquidez superior a US\$ 7 trilhões.

⁴ Bernanke, B., Gertler, M, Gilchrist, S. "The financial accelerator and the flight to quality", NBER, WP 4789, Jul/1994.

⁵ Projeções coletadas pela Bloomberg.

⁶ Fullbrook, E., Morgan, J. "Modern Monetary Theory and its critics", World Economics Association Books, 2019.

⁷ Blanchard, O. J. "Public debt and low interest rates", NBER, Feb/2019.



XXVII

Prêmio Brasil DE ECONOMIA

CATEGORIAS

ARTIGO TEMÁTICO: 70 ANOS DA PROFISSÃO • LIVRO DE ECONOMIA
ARTIGO TÉCNICO/CIENTÍFICO • MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

R\$ 18 MIL EM PRÊMIOS EM DINHEIRO

Regulamento e mais informações em: cofecon.org.br/pbe

Confira a série de lives com os vencedores do ano passado
Clique em cima da foto para assistir



José Luis Oreiro
Vencedor na categoria livro



Benito Salomão
Vencedor na categoria
artigo técnico/científico



Arthur Queiroz
Vencedor na categoria
monografia de graduação

A Profissão de Economista no Brasil

Por Carlos Roberto de Castro

No próximo dia 13 de agosto, o exercício das atividades profissionais de economista completará 70 anos de sua regulamentação profissional.

A Lei nº1.411 de 13 agosto de 1951, que regulamentou o exercício da profissão de Economista, criando o Conselho Federal de Economia e seus respectivos Conselhos Regionais, não foi resultado de um mero ato de vontade do presidente da República, Getúlio Vargas, que a promulgou. O período que antecedeu o encaminhamento do anteprojeto de lei ao Poder Legislativo, para a criação dessa nova categoria profissional foi

marcado pela mobilização e pressão de um conjunto de profissionais que, à época, reivindicava o reconhecimento legal e social de suas atividades.

No Brasil a luta pelo reconhecimento da profissão esteve sempre vinculada à sua formação profissional.

Foi com a implantação dos Cursos de Direito, em 1827, em São Paulo e Olinda que a atividade acadêmica em Economia se iniciou. No quinto ano desses cursos foi introduzida a Cadeira de Economia Política, cuja disciplina se dedicava essencialmente aos seus aspectos teóricos. Outro curso que abrigava o ensino de

Carlos Roberto de Castro

Economista pela PUC-SP. Foi professor e chefe de departamento da UMC; professor de Contas Nacionais e Desenvolvimento Sócio-econômico na Faculdade de Economia São Luiz. Ex-presidente do Corecon-SP e do Cofecon. Na iniciativa privada, onde sempre trabalhou, foi economista do Departamento de Economia da ABIT e diretor executivo da ABRAFAS.



Economia Política em sua grade curricular foi o de Engenharia, como o da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, criada em 1873.

Em geral, o ensinamento da Economia nesses cursos ficava restrito mais ao plano teórico, cabendo aos políticos, em sua maioria bacharéis em direito, os conceitos sobre política econômica. Assim sendo, até o final da Primeira República, a Economia Política era uma disciplina solitária nos cursos de Direito e de Engenharia.

Em seu início, o reconhecimento social da profissão de economista não se deu nem no plano teórico-acadêmico, nem como formulador de política econômica, mas sim na gestão do negócio público e privado.

O ensino comercial no Brasil tem sua origem em 1809, contando com a decisiva participação de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, identificado como o Patrono dos Economistas Brasileiros. Nesse ano de 1809, por Alvará de 15 de julho, foram fixadas por D. João as despesas da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fabrico e Navegação. Atribui-se a influência do Visconde de Cairu, junto a D. João, à inclusão, nas despesas previstas, da introdução das “Aulas de Comércio da Corte”, contudo inexistem informações a respeito da fase inicial desse curso e há muitas dúvidas sobre o seu efetivo funcionamento.

As “Aulas de Comércio”, citadas no Alvará de 1809 e regulamentadas em 1846, ganharam efetivamente força com a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, contemplado com um novo estatuto administrativo e programático, tendo como referência a Escola de Comércio de Paris. Pelo regulamento de 1846 podiam ser

admitidos, ao ensino comercial, jovens maiores de 14 anos, aprovados em exames de língua portuguesa, aritmética, francês e inglês, além dos bacharéis do Colégio Pedro II e os aprovados no primeiro ano da Escola Militar e da Marinha.

Pela primeira vez o estudo da Ciência Econômica era incorporado na estrutura curricular do ensino comercial no Brasil, em seus aspectos teórico-conceitual e da análise econômica da “escola clássica”. O Decreto nº 1.763 de 1856 deve ser assim reconhecido como o início de um processo que resultaria na criação do curso superior de comércio que, mais adiante, originou os primeiros diplomados em Ciências Econômicas.

Apesar das mudanças que foram realizadas na estrutura curricular do ensino de comércio, durante o Império, decorrente das novas exigências das atividades econômicas, o Ensino Comercial manteve sua característica básica de aliar a cadeira teórica de Economia Política com outra de caráter mais prático.

O Instituto Comercial, posteriormente substituído pela Academia de Comércio, teve seus diplomas reconhecidos pelo Governo da Primeira República. Pelo Decreto sancionado pelo presidente Rodrigues Alves, a Academia de Comércio concedia dois tipos de diplomas, atendendo as necessidades da economia da época: o *geral*, que habilitava guarda-livros, peritos judiciais e empregados da fazenda; e o *superior* (não equivalente aos cursos universitários da época), destinado à formação de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros.

Pelas especificações contidas no Decreto legislativo que criou a Academia Comercial, loca-

“No próximo dia 13 de agosto, o exercício das atividades profissionais de economista completará 70 anos de sua regulamentação profissional.”

lizada no Rio de Janeiro, na época o mais importante centro comercial do país, ficava claro a crescente complexidade da economia brasileira da época e a necessidade de profissionais capacitados a diferentes tipos de negócios. Esta Academia tornou-se órgão de consulta do governo em assuntos comerciais e industriais.

Com a expressiva expansão do Ensino Comercial durante a Primeira República, houve uma crescente formação de profissionais voltados à gestão de negócios. Somente em São Paulo, até o ano de 1930, foram criadas quatro escolas de comércio.

Em 1902 se deu a fundação da Escola Prática de Comércio – futura Fundação Álvares Penteado – situada no Largo de São Francisco. Ainda na capital, outras escolas de comércio foram fundadas: o Liceu de Artes, Ofícios e do Sagrado Coração de Jesus; em Campinas, o Liceu Nossa Senhora Auxiliadora e a Escola Comercial da Sociedade de Educação e Ensino.

Um importante aspecto a ser considerado no processo de profissionalização diz respeito à obtenção de privilégios e benefícios no mercado de trabalho. Esta concessão de privilégios foi pela primeira vez mencionada pelo Decreto nº 13.309 de 1905, indicando apenas as funções passíveis de ocupação, sem nenhuma relação com a diplomação obtida.

O Governo Federal do então Presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, estabeleceu a nova Organização do Ensino Comercial onde constava um curso superior de Administração e Finanças, que concedia o título de bacharel em Ciências Econômicas e continha uma substancial ampliação dos conhecimentos obtidos no ensino comercial, em especial na área de economia e direito.

Os primeiros bacharéis formados, em 1934, nos cursos instalados sob o regime do Decreto de 1931, foram os da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (já existente, sem caráter oficial, desde 1909 e a primeira faculdade de Economia criada no Brasil) e o da Facul-



Fecap no século XX.
Foto: Portal São Paulo in Foco

dade de Ciências Econômicas de São Paulo (instalada na Escola de Comércio Álvares Penteado).

O mesmo Decreto que criou o curso de Administração e Finanças regulamentou a profissão de contador como de nível técnico. Dado o vínculo existente entre o ensino comercial e o curso de Administração e Finanças, todo bacharel em Ciências Econômicas era previamente um contador.

Pelo período histórico, talvez a diferenciação entre o economista e o contador não ficasse muito evidente, uma vez que ambos deviam atuar em empresas com funções bastante semelhantes. É a partir de 1930 que as atividades inerentes ao economista começam a ganhar mais espaço no serviço público.

Para a efetiva transformação de uma ocupação em profissão era necessária a existência de um curso superior integrado a uma estrutura universitária. Este feito só veio a ocorrer em 1946, graças ao empenho de associações de economistas criadas a partir de 1930 que, através de longos e acalorados debates, vieram a sensibilizar o Governo e o Congresso Nacional sobre as funções da nova profissão.

Uma das primeiras conquistas foi a criação, em 1938, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Esta Faculdade, que passaria a integrar a estrutura da Universidade do Brasil, em 1946, é hoje o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Decreto-Lei nº 7.988, de 22 setembro de 1945, assinado por Getúlio Vargas, promoveu várias mudanças no ensino comercial e superior que atenderam algumas das reivindicações que eram vistas pela categoria como grandes problemas em sua formação profissional. Uma delas era a situação subalterna do curso de Administração e Finanças em relação aos demais cursos universitários. Apesar de fornecer o título de bacharel aos seus formados, o seu ingresso ficava restrito apenas aos egressos do ensino comercial, os quais, por sua vez, somente poderiam candidatar-se a esse curso superior, ficando vedada a sua candidatura aos demais cursos universitários. Dentre as várias mudanças promovidas por este Decreto, destaca-se a equiparação dos cursos técnicos ao curso colegial, agora já denominados de cursos clássico e científico. Dessa forma, o jovem que concluísse o curso técnico (o comercial, por exemplo, que dava o título de contador ou técnico de contabilidade) poderia agora, já com uma profissão, prestar vestibular e ingressar em qualquer faculdade, não ficando mais restrito à de Administração e Finanças.

Outra mudança presente no Decreto foi a nova estrutura do curso de Administração e Finanças que consistiu em seu desdobramento em dois outros cursos: o de Ciências Econômicas e o de Contábeis e Atuariais, ambos equiparados aos demais cursos universitários e com quatro anos de duração.

Com um dos objetivos já alcançados (a equiparação do “status” do curso superior de Economia aos demais cursos universitários), restava lutar pela regulamentação da profissão de economista, uma vez que a profissão de contador, conforme já mencionado anteriormente, tinha seu reconhecimento, mesmo em nível técnico, desde 1931.

Para impulsionar a campanha para o reconhecimento legal da profissão, reuniram-se as principais entidades representativas dos economistas da época, em especial os sindicatos do Rio de Janeiro e de São Paulo, que já abrigavam um considerável número de associados. A categoria já havia se movimentado anteriormente quando, em 1935, foi concedido à Ordem dos Economistas de São Paulo, pelo Departamento Estadual do Trabalho, parecer favorável ao seu reconheci-

mento como entidade sindical dos economistas.

Outro importante fato foi a incorporação da profissão de economista na relação oficial das profissões liberais, posteriormente incorporada, por ato do Governo Federal, à Consolidação das Leis do Trabalho pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

Tais fatos indicavam claramente o amadurecimento da noção de que exercer a função de economista representava efetivamente uma atividade profissional específica e diferenciada das demais existentes. Contudo, o caminho para se chegar à regulamentação da profissão, em 1951, foi muito difícil e marcado por muitas e sérias resistências, exigindo incisiva mobilização por parte das entidades representativas dos economistas.

No segundo semestre do ano de 1945, uma Comissão de Economistas do Rio de Janeiro entregou ao Presidente Getúlio Vargas um memorial junto com o anteprojeto de regulamentação da profissão. Apesar da simpatia do Presidente em relação às reivindicações apresentadas, o anteprojeto, depois de passar por diversas comissões, foi engavetado.

Em um outro momento desse movimento, a regulamentação da profissão foi encaminhada por meio do Poder Legislativo. Em agosto de 1947, o deputado Pedroso Junior apresentou um sucinto projeto que, com apenas 13 artigos, definia quem poderia exercer as funções de economista e quais os cargos e as atividades que seriam prerrogativas dos economistas. Em outubro de 1947, foi apresentado pelo deputado Bertho Conde o projeto de lei que criava o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais.

O projeto do deputado Pedroso Junior passou pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Educação e Cultura, onde sofreu apreciação mais profunda e recebeu parecer favorável de seu relator, o deputado Barros Carvalho, que apresentou um substitutivo, amplamente discutido e aprovado, com emendas, pelos membros da Comissão, numa das últimas reuniões legislativas de 1947.

Com a fusão dos dois projetos na Comissão de Finanças, o substitutivo foi para o Senado em dezembro de 1948, só voltando para a

Câmara em 1950, com diversas emendas.

Foi neste mesmo ano de 1950, que marcava o encerramento da legislatura, que se registrou a mais intensa discussão sobre o projeto. No caso de sua não aprovação, o projeto seria arquivado e com a renovação da Câmara, em uma nova legislatura, seria necessário dar-se início a um novo projeto.

No dia 22 de junho de 1950, quando o projeto estava no Plenário para discussão única e votação final, foram aprovados dois requerimentos para que o projeto fosse encaminhado para às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

No dia 29 de junho de 1950, o projeto de regulamentação profissional é distribuído, para relatoria, na Comissão de Constituição e Justiça, do deputado Eduardo Duvivier, que só veio a manifestar-se depois de mais de quatro meses, quando apresentou seu parecer pela rejeição do projeto, aprovado em votação pela Comissão.

Como houve prorrogação dos trabalhos da Câmara, em 15 de janeiro de 1951, o projeto foi ao Plenário para discussão e votação final. Estavam se iniciando a discussão das emendas quando se encerram os trabalhos da legislatura.

O projeto só não foi arquivado porque já se encontrava em Plenário quando do encerramento da legislatura. Na reabertura da Câmara, com novos deputados, a categoria pode contar com a

importante e decisiva participação do economista Fernando Ferrari, na fase final de aprovação desse projeto.

Assim, depois de aprovado, o projeto vai para a sanção do Presidente, que, depois de vetar alguns dispositivos, finalmente, no dia 13 de agosto de 1951, sanciona a Lei 1.441, que dispõe sobre a profissão de economista. No dia 31 de dezembro de 1951 é assinado o Decreto nº 30.353, que cria uma Comissão para regulamentar a Lei 1.411, e no dia 17 de novembro de 1952 o Decreto Federal nº 31.794 aprovava esse regulamento. Estava assim concluído o processo de constituição e reconhecimento da profissão de economista no Brasil, após uma longa e renhida batalha que exigiu grande empenho e esforço da categoria.

A partir dessa data tem o início da criação dos Conselhos Regionais de Economia que, com a coordenação do Conselho Federal de Economia, constituem o chamado *Sistema Cofecon/Corecons*.

Analisando-se o grupo de economistas que comandaram o Sistema percebe-se a clara presença de duas vertentes. Os mais preocupados com a regulamentação tinham e desenvolveram ações mais corporativistas. Sua preocupação central era a delimitação, controle e expansão do mercado de trabalho, com a finalidade de garantir aos seus membros uma “reserva de mercado”.

“No dia 13 de agosto de 1951 foi sancionada a Lei 1.441, que dispõe sobre a profissão de economista. (...) Estava assim concluído o processo de constituição e reconhecimento da profissão de economista no Brasil, após uma longa e renhida batalha que exigiu grande empenho e esforço da categoria.”



Desta maneira, os Conselhos de Economia transformaram-se em órgãos burocráticos preocupados apenas em lutar por novos espaços no mercado de trabalho, em concorrência acirrada e movida a resoluções e atos normativos com outras profissões, especialmente Administração e Contabilidade.

Um outro grupo, mais preocupado com a qualidade da atividade profissional e a elevação do nível de competência, através de uma melhor formação acadêmica, começou a mudar o caráter corporativista dos Conselhos.

Em 1977, um conjunto de economistas de diferentes Regionais criou o Movimento de Renovação dos Economistas. Os Conselhos passaram a criar e ocupar espaços políticos de crítica à política econômica adotada pelo regime militar da época enfatizando o seu caráter excludente e antissocial, contribuindo assim para o processo de redemocratização do Brasil.

Cabe ao *Sistema Cofecon/Corecons* garantir a efetiva participação do profissional habilitado no exercício de atividades técnicas na área econômico-financeira, visando a defesa do interesse público, impedindo e combatendo o mau exercício profissional, não só por parte de leigos sem habilitação, como o de habilitados sem ética.

Por fim, têm também, os Conselhos de Economia, entre os seus objetivos sociais, criar canais de participação técnico-científica para a discussão, reflexão e encaminhamento de políticas econômico-sociais, buscando despertar uma consciência criticamente aberta sobre a realidade socioeconômica do País.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.O Economista: a história da profissão no Brasil – Nivalde, Jose de Castro – Rio de Janeiro: COFECON; CORECON-RJ; CORECON-SP – 2001.

2.História da Ordem dos Economistas de São Paulo – 1935-2002

3.História do Conselho Regional de Economia 2ª Região – São Paulo – 2008.

Formação e Mercado de Trabalho dos Economistas

Por Fernando Nogueira da Costa

A publicação anual *Education at a Glance 2020* (EAG), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apresenta dados do Brasil e de mais 40 países. De acordo com ela, em 2019, 17,4% da população brasileira adulta de 25 a 64 anos tinham bacharelado ou graduação em Ensino Superior.

Em bacharelado ou equivalente, esse percentual brasileiro crescente ainda é inferior ao da Argentina (20,3%), Inglaterra (23,5%) e Estados Unidos (24,1%). Porém, aproxima-se das médias da OECD e de 23 países da Europa. Por quê?

Os bacharelados no Brasil tendem a ser

mais longos face aos equivalentes na Europa. Lá é possível concluir mestrado integrado à graduação em um período de 5 anos. Quando se compara o mestrado e o doutorado (ou equivalentes), a diferença é brutal.

O Brasil tem, respectivamente, 0,8% e 0,25% dessa parcela de sua população com pós-graduação. A média dos países-membros da OCDE é 16 e 5 vezes maior: 13,1% das pessoas nessa faixa etária têm mestrado e 1,2% doutorado. Comparativamente a essas, o esforço até alcançar os norte-americanos, comparados aos demais membros da OCDE, é menor em mestrado

Fernando Nogueira da Costa

Economista pela UFMG, mestre e doutor, livre-docência IE UNICAMP, onde é professor titular com carreira docente desde 85. Foi analista especializado no IBGE, coordenador da Área de Economia na FAPESP, vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal e diretor-executivo da Febraban. Tem diversos livros publicados. Escreve no GGN, Carta Maior e Brasil Debate. Seu blog *Cidadania & Cultura* recebeu mais de 9 milhões visitas.



(11,6% ou 14 vezes) e maior em doutorado (1,9% ou 8 vezes). Os brasileiros, internacionalmente, são vistos em termos relativos como *incultos*.

E o caso particular dos economistas brasileiros? Tinham antes um pensamento econômico original com o *nacional-desenvolvimentismo*. Provava ser o melhor regime de política econômica para o país. Propiciou, no período 1941-1980, a economia brasileira se situar entre as maiores emergentes na economia mundial. Obteve o maior crescimento no mundo nessa fase da industrialização nascente: 7% ao ano.

Infelizmente, muitos economistas foram fazer pós-graduação nos Estados Unidos – e lá parecem ter sofrido uma “lavagem cerebral”. O neoliberalismo foi incutido em seus “corações e mentes”. Essa ideologia, entre 1981 e 2020, derrubou essa taxa para +2%. Além desse crescimento médio anual ser menos de 1/3 daquele da Era Desenvolvimentista, é menos da 1/2 da ocorrida entre 1901 e 1940: +4,3%.

Evidentemente, os economistas, como categoria profissional, não têm o poder de, por si só, alavancar o crescimento econômico. Mas neoliberais em cargos-chave, como atualmente no Ministério da Economia e no Banco Central do Brasil, têm um imenso poder, relativamente autônomo, de *impedir o crescimento sustentado em longo prazo*.

A pergunta filosófica é: *quem sou eu, se sou, quantos sou?* Segundo os dados da DataViva sobre o Ensino Superior de Economia no Brasil, em 2017, o curso de Economia era o 37º em número de matrículas no Brasil: 50,9 milhões. As Universidades Federais tinham 20,8 milhões matriculados, as Estaduais 10,4 milhões, as privadas sem fins lucrativos 13,2 milhões e com fins lucrativos 6,5 milhões. A Universidade Regional do Cariri tinha mais alunos: 1,97 mil matriculados (3,8%) e 227 concluintes.

“Os economistas, como categoria profissional, não têm o poder de, por si só, alavancar o crescimento econômico.”

De 2010 a 2017, somaram 48 mil concluintes em cursos de Economia. Se essa média de 6 mil/ano fosse a média nos últimos 35 anos (e todos os concluintes exercessem a profissão e os formados anteriormente fossem se aposentando), estariam na vida profissional ativa cerca de 210 mil economistas.

Em 2017, número de alunos matriculados atingiu 51,5 mil, o número de ingressantes, 14,4 mil, e o número de concluintes, 5,78 mil. Para contraste, o IE-UNICAMP tinha 546 matriculados (1,1%), 110 ingressantes e 80 concluintes com idade média de 22 anos.

De fato, embora esteja ainda distante de outros países, há uma gradativa massificação do Ensino Superior no Brasil. Antes da “modernização conservadora” da ditadura, ocorrida após o Golpe Militar de 1964, só se formaram 19.049 profissionais universitários no ano de 1963. Após 35 anos (1963-1998), tinham se formado 5.954.028 no Ensino Superior. Em 2019, segundo PNADC, quadruplicou: 23,586 milhões.

No fim do século XX, a minoria universitária ou “elite intelectual” era apenas 4% da população de 169,5 milhões. Em 2019, já era 11% do total de 210 milhões.

Embora o crescimento do número absoluto de concluintes de graduação possa impressionar, é necessário estar atento à sua diversificação em qualidade de Ensino Superior. Segundo o INEP, em 2018, foram 1.264.288 concluintes, mas 1.004.986 (80%) foram em ensino pago. Universitários (653 mil) eram 52% desse total, sendo 2/3 (435 mil) concluintes em Universidades privadas, ou seja, 43% do total de ensino pago, pois 295 mil foram em Centros Universitários e 275 mil em Faculdades isoladas.

Comparando os cursos de Ciências Sociais, Ciência Política, Relações e Negócios Internacionais, Ciências Contábeis e Gestão/Administração com o de Ciência Econômica, em Universidades públicas, a Economia possuía a menor relação Concluintes/Matrículas, porque apenas 10% dos matriculados em 2014 concluíram seu curso com duração de 4 (integral) a 5 anos (noturno). A evasão e/ou a reprovação em IES privadas foi menor, pois concluíram 14% dos matriculados.

Será o nível de exigência de estudo em

curso de Economia em Universidade pública superior? Ela tem mais alunos matriculados em horário integral (diurno) em lugar do noturno. E tem relação matriculados/docente bem inferior, ou seja, as aulas são dadas para turmas menores. Seus docentes também possuem nível de titulação superior, com doutorado e RDIDP – Regime de Dedicção Integral à Docência e Pesquisa.

Coordenadores de Ensino têm se queixado da queda da demanda de vestibulandos pelo curso de Economia. Muitos cursos ficam em torno da média, por exemplo, da Universidade Estadual de Londrina (UEL): 3 candidatos/vaga (C/V). Em 2015, PUC-SP ficou com C/V de 2,3 e a PUC-RJ, 4,9 (541 por 110). A PUC-SP cobra mensalidade de R\$ 2.800 e chegou a ter o maior número de matrículas do Brasil.

Em São Paulo, ao explorar a formação para o mercado financeiro, o INSPER cobra valor da mensalidade bem maior para Administração e Economia. Em 2020, foi R\$ 2.630,00 fixa e R\$ 472,00/crédito (40 horas = 1/2 crédito), ou seja, total de R\$ 4.990 por 200 horas. Oferece 150 vagas em Administração (concorrência de 6,6 candidatos/vaga) e 75 em Economia (concorrência de 4,8 candidatos/vaga). Seu aluno pode obter essa *dupla titulação*, cumprindo horário integral (manhã e tarde) com apenas um ano a mais.

Concorre, principalmente, com a FGV/EESP - Escola de Economia de São Paulo. Esta, em 2019, cobrava mensalidade de R\$ 4.920, exigindo período integral. Obteve relação C/V de 15. Para comparação, a FUVEST 2016 (vestibular da USP) anunciou para Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuária, em São Paulo, 590 vagas para 5745 candidatos, ou seja, a relação C/V de 9.7 ou 2/3.

O IE-UNICAMP tem uma demanda relativa superior, comparada com a desses cursos. Em 2016, obteve relação C/V no curso integral 25,6 e no noturno, 26,1. A USP foi considerada a melhor universidade brasileira no RUF 2019, seguida pela UNICAMP. Seus cursos de Economia trocaram de posição (entre 1º e 2º) de 2018 para 2019 porque a “avaliação de mercado” do IE-UNICAMP caiu de 4º para 7º lugar. Essa avaliação considera a *opinião de empregadores*, provavelmente situados na capital de São Paulo, sede de grandes empresas, sobre as preferências de contratação.

Quanto ganha um economista recém-formado no estado de São Paulo? Segundo o site Salário (www.salario.com.br/profissao/economista-cbo-251205/), com base em dados salariais de 26 profissionais com ensino superior completo, o salário inicial para um economista recém-formado é de R\$ 7.301,98 mensais em média.

Entretanto, com dados de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021, segundo pesquisa do site Salário, junto ao Novo CAGED, ao e-Social e ao Empregador Web, com um total de 1.423 salários de profissionais admitidos e desligados pelas empresas, um economista ganha em média R\$ 6.266,04 no mercado de trabalho brasileiro para uma jornada de trabalho de 42 horas semanais. A faixa salarial fica entre R\$ 4.723,54 (salário-mediana da pesquisa de todas as profissões com Ensino Superior) e o teto salarial de R\$ 15.503,19. O valor de R\$ 5.718,94 é a média do piso salarial de 2021, segundo os acordos coletivos, levando em conta profissionais em regime CLT de todo o Brasil.

As médias salariais dos economistas variam bastante nas Unidades Federativas. Em São Paulo, em 2020, era R\$ 6.262 (piso R\$ 5.715 e teto R\$ 9.463), no Rio de Janeiro, com sedes de empresas estatais, era R\$ 8.757 (piso R\$ 7.992 e teto R\$ 13.233) e no Distrito Federal, idem, R\$ 8.873 (piso R\$ 8.098 e teto R\$ 13.409).

A cidade com mais vagas de emprego para economista e, por consequência, com mais ocorrências de contratações é São Paulo - SP. Lá está o centro financeiro do país com sedes de corretoras com média salarial de R\$ 12.406 (piso R\$ 11.323 e teto R\$ 18.749) e bancos com



média salarial de R\$ 11.790 (piso R\$ 10.760 e teto R\$ 17.817).

Evidentemente, o salário varia de acordo com o nível de experiência do profissional. Um Economista Júnior com até 4 anos ganha em média R\$ 6.008, no Estado de São Paulo, um Economista Pleno de 4 a 6 anos recebe em média R\$ 6.917, e um Economista Sênior com mais de 6 anos na empresa (até sua demissão) obtém a média salarial de R\$ 10.383,72 mensais.

Quando se considera os dados das DIRPF 2020-AC 2019, entre os 444.833 declarantes (1,5% do total) definidos como “economista, administrador, contador, auditor e afins”, os *rendimentos totais* (tributáveis, exclusivos e isentos) mensais per capita em 2019 foram R\$ 15.928,13 mensais: equivalentes a quase 16 salários-mínimos daquele ano (R\$ 998,00). Esta era uma renda de indivíduo pertencente à classe média alta. Sua média per capita de *bens e direitos* era R\$ 658.123,87. *Os economistas constituem uma subcasta dos sábios-intelectuais universitários.*

Entre “pejotizados” (sem direitos trabalhistas), 91.504 declarantes (3% do total de 3,605 milhões titulares de microempresas), definidos como “economista, administrador, contador, auditor e afins”, estavam na 4ª posição em termos de riqueza com R\$ 1.757.829,57. Em *rendimentos totais* (inclusive salários, lucros, alugueis e juros), declararam terem recebido, em 2019, R\$ 36.616,26 mensais (ou R\$ 439 mil anuais) per capita. Foi o 3º maior rendimento total após dirigentes de empresas e médicos.

A dedução é a *elite milionária da profissão* trabalhar por conta própria em “empresa de consultoria”, relacionada a pesquisas sob encomenda de empresários. Quem as abriu visa receber o incentivo fiscal de rendimentos totais líquidos com menores tributos.

A racionalidade estratégica e oportunista de *sucesso profissional* parece ser a chamada “porta giratória” entre setores público e privado. Visa alcançar reputação profissional junto à mídia ou “grande” imprensa brasileira, pregadora do credo neoliberal, e capitalizar seus ganhos. Infelizmente, “abre mão” de qualquer outra ideologia.

Para tanto, a trajetória graduação/pós-graduação/ensino/cargo público/consultoria costuma ser a meta profissional de muitos, cujos colegas os reconhecem como economistas. Não basta o simples diploma para obter status profissional, mas é necessário também falar e escrever para um público amplo de modo a ser reconhecido como economista pela opinião especializada – e a pública.



X GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA

INSCRIÇÕES DE:

14/06 a
14/07

ENCARE ESSE
DESAFIO 

PREMIAÇÃO EM DINHEIRO PARA OS VENCEDORES

1º

R\$ 2.500

2º

R\$ 2.000

3º

R\$ 1.500

4º

R\$ 1.000

COMPETIÇÃO ONLINE 

ACESSE
COFECON.ORG.BR/GINCANA
E INSCREVA-SE

Podem participar alunos do curso de
graduação em Economia de todo país

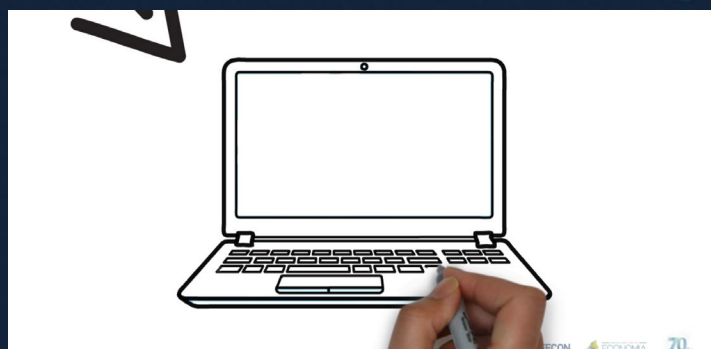


DUPLA CAMPEÃ
DE 2019

Esse ano a competição
será individual

VEJA COMO SERÁ A GINCANA

CLIQUE NA IMAGEM ABAIXO PARA ASSISTIR AO VÍDEO



Cofecon realizou 5ª edição do Desafio Quero Ser Economista

Por Manoel Castanho e Gabriel Pinheiro



DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA



Depois de um mês de uma competição empolgante, o Cofecon divulgou no dia 15 de junho o resultado da quinta edição do Desafio Quero Ser Economista. A disputa, que teve suas inscrições no mês de abril e contou com mais de 1.700 estudantes do ensino médio, durou todo o mês de maio e foi encerrada com a avaliação dos vídeos produzidos pelos mais de 60 finalistas.

“Parabéns a todos vocês que toparam participar da edição deste ano, que é um ano importante para todos nós economistas, porque estamos completando 70 anos da profissão no Brasil”, destacou a coordenadora da Comissão de Educação e vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama, em vídeo gravado para a divulgação dos resultados. “Foi uma missão nada fácil para o time de avaliadores, pois os vídeos estavam de altíssima qualidade, não deixando nada a desejar para nenhum outro vídeo profissional”.

João Carlos Bezerra tem 17 anos e ficou em terceiro lugar na edição deste ano. Ele realizou uma pesquisa para escolher o tema do vídeo que produziu para o Desafio e desenvolveu um roteiro que trouxesse a sua própria essência. “Eu amo a diversidade e isso me fez escolher o tema de economia circular, pois nele podemos trazer a variedade e a sustentabilidade”, comentou o estudante. Em seu vídeo, explicou o conceito: “O modelo circular visa satisfazer a humanidade produzindo de uma forma sustentável e reduzindo danos ambientais, dando espaço para uma nova ideia”.

O cearense já tinha interesse pela economia e conheceu o Desafio Quero Ser Economista por meio da divulgação nas redes sociais. “A participação ao longo dos dias foi ma-

ravilhosa, pois a cada nova questão diária me apaixonava mais pela área”, expressou o estudante. “O Desafio me trouxe mais conhecimentos e experiências, pois informações, conceitos e até mesmo pessoas que não conhecia, passei a conhecer e ficar mais integrado ao meio. E os desafios das sextas-feiras eram bastante produtivos, pois a cada texto que escrevia, notava quão vasta pode ser essa área”.

Ele quase não conseguia acreditar quando foi anunciado como terceiro lugar. “Comecei a receber várias ligações e mensagens parabenizando pela conquista. No dia seguinte, saí em uma notícia do jornal da minha cidade, me senti maravilhado e agradecido por todos os que me ajudaram”, expressa. Ele é aluno do terceiro ano da Escola Estadual de Educação Profissional Mário Alencar, em Fortaleza, e receberá um prêmio de R\$ 1.000,00.

O segundo colocado, Luiz Eduardo Farias, de 17 anos, também é cearense e colega de João Carlos na EEEP Mário Alencar. Ele fez um vídeo sobre economia compartilhada. “Nós vivemos em um mundo imensamente conectado, compartilhando fotos, vídeos... e furadeiras”, iniciou o estudante em seu vídeo, usando os recursos para causar surpresa. Em seguida, explicou a necessidade de utilização dos bens ociosos e concluiu dizendo que a economia compartilhada é o futuro: “Afim, as pessoas precisam de um furo na parede e não de uma furadeira”.



“O primeiro passo foi escolher o assunto, e depois ouvir podcasts, ler artigos e ver vídeos para preparar o roteiro. Pedi a opinião de algu-

mas pessoas para ouvir sugestões de edição”, comenta Luiz Eduardo. “A ficha ainda não caiu. Compartilhei com todos os meus professores e amigos”. Ele receberá um prêmio de R\$ 1.500,00.

Luiz Eduardo também tinha interesse pela economia e conheceu o Desafio por meio da rede social Instagram. Ele assistiu aos vídeos dos participantes da edição anterior e decidiu se inscrever. “Reservava um horário do meu dia para responder ao enigma e aos vídeos interativos”, conta. “Às sextas, nas missões, buscava ouvir podcasts e vídeos no YouTube para desenvolver o texto”.

“Eles são os nossos tesouros, nossos talentos das nossas escolas públicas do Ceará”, afirmou a secretária de Educação do Estado do Ceará, Eliana Nunes Estrela, se referindo aos dois alunos cearenses. Para ela, que participou como convidada de live promovida pelo Corecon-CE, essa é uma vitória também do Estado. “As escolas públicas do Ceará vêm dando certo e tendo bons resultados pois temos gestores que acreditam e que investem não só financeiramente, mas investem na valorização, no respeito e no diálogo, nossos governadores priorizam e acreditam na educação”, complementa.

Para a secretária, esse resultado foi alcançado através do foco dos alunos em realizar os seus sonhos e metas. Segundo João Carlos, “isso mostra que todos nós temos oportunidade no desafio, sendo de escola pública ou particular”, enfatiza.

“Isso acabou mostrando que o Estado do Ceará, ao longo dos últimos anos, vem, dentro de um processo educacional, fortalecendo o debate e a discussão também dentro do âmbito da economia. Isso se mostrou neste momento com sucesso na fase final e na premiação de dois estudantes de uma escola pública do Estado do Ceará. Louvo esse desempenho e que isso ocorra nos anos subsequentes”, afirmou o presidente do Corecon-CE, Ricardo Coimbra.

Para Coimbra o Desafio é extremamente importante para estimular e incentivar que os mais jovens pensem sobre economia e em como a economia está no seu dia a dia, no seu desenvolvimento, gerando alternativas e pensamentos

de como tratar de forma alternativa o processo da atividade econômica. “É extremamente importante incentivar isso dentro do processo educacional, mostrando a necessidade e importância de debater e discutir a economia no dia a dia das pessoas, das crianças, dos jovens, seja no ambiente domiciliar, seja no ambiente escolar”.

Gabriela Sousa, também de 17 anos, aluna do Colégio Piaget, em São Paulo, foi a grande campeã do Desafio. Ela fez um vídeo explicando conceitos de economia solidária, tomando como exemplo o filme Ricos de Amor. “Fiz um roteiro com base numa pesquisa já realizada e coloquei todos os critérios de avaliação. Fui produzindo e conferindo com os pontos que seriam avaliados”, revelou Gabriela, que também contou que já pro-



A paulista Gabriela.
Foto: Arquivo pessoal

duziu vídeos para apresentações escolares.

“Quando estava vendo os princípios da economia solidária, lembrei na hora do filme e pensei que muita gente já teria assistido”. Em seu vídeo, ela termina dizendo que “possivelmente existe uma empresa solidária aí perto da sua casa e você nem se deu conta, visto que elas estão em associações, cooperativas, grupos de troca e grupos de produção”.

Já no primeiro dia, Gabriela conseguiu atingir a meta de curtidas e comentários em seu vídeo. “Depois disso, descansei, pois sabia que se fosse para ganhar, eu ganharia”, conta. Ao receber o telefonema informando que havia sido a vencedora, ela deu um grito. “Nunca vivi uma emoção maior do que essa. Comecei a chorar muito. Minha mãe ficou preocupada porque me viu ajoelhada no chão, aos prantos. Quando expli-

quei que havia vencido, ela também chorou. Ver meu nome ali em primeiro, bem como o número alto de pontos, foi a maior satisfação da minha vida, a grande confirmação de Deus de que é realmente Economia o caminho que devo seguir". Gabriela receberá um prêmio de R\$ 2.000,00.

Gabriela participou do Desafio pela segunda vez – na primeira, obteve o sétimo lugar em 2020. Certa vez, em uma atividade escolar, precisava entrevistar um estudante e um profissional da área escolhida por ela – a Economia. Assim, escreveu "economista" na barra do Instagram e chegou ao Desafio. Sua participação foi relatada na tarefa escolar e, em 2021, ela se inscreveu novamente.

"Nos dois anos, realizei um cronograma. Como todas as questões saíam às 12h e eu estava no final da aula, assim que acabasse eu já entrava no site para responder à pergunta do dia", revela. "Eu imprimi um calendário do mês de maio e coloquei todas as tarefas ali, então conforme eu ia fazendo ia colocando um 'certinho' para registrar que já tinha passado aquela etapa. Nas sextas-feiras, como eram missões e demandavam um tempo maior, eu deixava para formular o texto no sábado ou domingo e anexar no site na segunda-feira".

O presidente do Corecon-SP, Luiz Barsi Filho, parabenizou todos os 1.700 estudantes do ensino médio que participaram do Desafio Quero Ser Economista. "Dedico um cumprimento muito especial à estudante Gabriela de Sousa, do Colégio Piaget, de São Paulo, que se sagrou campeã desta edição do evento. Iniciativas como essa do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, conduzida de forma excepcional pela vice-presidente Denise, dignificam, valorizam e promovem a classe dos profissionais economistas de todo o país", afirmou.

Embora nem todos os estudantes possam ser premiados, Denise Kassama elogiou o alto nível da competição – e vários dos participantes já buscarão um lugar na universidade neste mesmo ano. "A criatividade dos participantes, a qualidade dos vídeos e os conhecimentos apresentados mostram que, mesmo que o país ainda tenha muitas carências no conhecimento da economia, de alguma forma as informações estão chegando aos estudantes e, a julgar pelo

nível dos vídeos, podemos esperar uma boa safra de futuros economistas", avalia.

O Desafio

Ao longo de três semanas, os estudantes acessaram a plataforma desafioquerosereconomista.org.br e responderam a perguntas que testavam seus conhecimentos sobre a ciência econômica, ao mesmo tempo em que apresentavam informações sobre a profissão de economista. As perguntas eram lançadas sempre ao meio-dia, com prazo de resposta de 24 horas – com exceção dos desafios lançados às sextas-feiras, que tinham um prazo de 72 horas.

Às segundas e quartas-feiras, as perguntas estavam apoiadas em vídeos, gravados pelos economistas Marcela Vieira, Flávia Vinhaes, João Marques, Bruna Furlanetto, Poema Ísis e José Luís Oreiro. Entre cinco opções, o estudante que marcasse a resposta certa ganharia 100 pontos.

Às terças e quintas, as questões abordaram história do pensamento econômico, interação da economia com outras ciências, indicadores, programas de transferência de renda, comércio internacional e também uma questão sobre o principal pensador da economia brasileira, Celso Furtado. A resposta certa, também entre cinco opções, valia 50 pontos.

Às sextas-feiras, as questões eram dissertativas e não havia certo ou errado, desde que os estudantes atendessem à proposta e não copiassem o texto de outras fontes. Na primeira semana, foi pedido que discorressem sobre um economista que admiram; na segunda, sobre como a economia solidária poderia trazer alternativas diante da crise causada pela pandemia. Finalmente, na última semana, foi pedido que os estudantes gravassem um vídeo de até dois minutos sobre um tema relacionado à economia.

Os vídeos

A elaboração do vídeo relacionado à economia é o ponto alto do desafio. O tema é livre e, na avaliação, são levados em conta aspectos como a originalidade, a criatividade, a importância e a pertinência do tema abordado.

Para chegar à final, os estudantes têm um prazo de 72 horas para elaborar e enviar seus ar-

quívos. Na segunda-feira, os vídeos são postados nos perfis Quero Ser Economista nas redes sociais Facebook e Instagram. Nos quatro dias seguintes, até as 23:59 da sexta-feira, os vídeos precisam receber 100 curtidas e 10 comentários em cada uma das redes. Os que alcançarem esta marca se classificam para a final e, então, têm seus materiais analisados pela Comissão Avaliadora.

A pontuação também é turbinada: cada um dos cinco avaliadores apresenta uma lista com os 10 primeiros colocados, na qual o primeiro ganhou 200 pontos, o segundo 150, o terceiro 120, seguindo do quarto até o décimo com 100-80-60-40-30-20-10. O participante pode ganhar até mil pontos, caso o seu vídeo obtenha o primeiro lugar em cada uma das cinco listas.

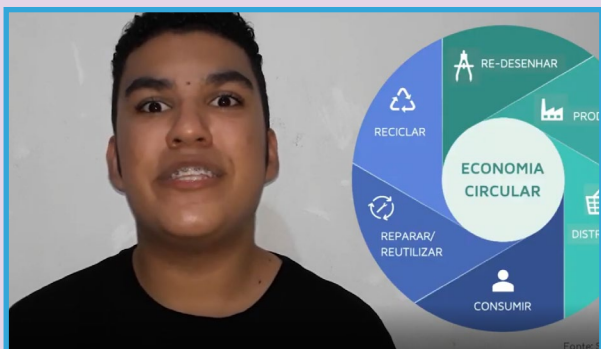
Os temas apresentados e as formas de produzir os vídeos foram bastante variados, dos mais simples aos mais incrementados. Os temas que mais apareceram foram a economia solidária e a economia circular, mas também houve apresentações bastante interessantes sobre criptomoedas, fome, indicadores econômicos, o bloqueio do canal de Suez, as atividades do economista, a economia do setor público e até uma criativa explicação sobre escassez e custo de oportunidade usando trufas como exemplo.

10 PRIMEIROS COLOCADOS 2021

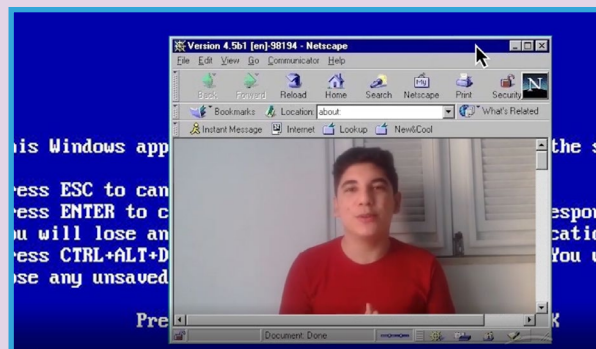
Participante	Cidade	Estado	Idade	Escola	Ano Escolar	Pontuação desafio	Pontuação vídeo	Total	Classificação	Prêmios
Gabriela L. de Sousa	São Paulo	SP	17	Colégio Pinget	3º	1200	800	2000	1º lugar	R\$ 2.000,00
Luiz Eduardo B. G. Farias	Fortaleza	CE	17	EEEP Mário Alencar	3º	1300	390	1690	2º lugar	R\$ 1.500,00
João Carlos O. Bezerra	Fortaleza	CE	17	EEEP Mário Alencar	3º	1300	350	1650	3º lugar	R\$ 1.000,00
Izabela V. B. de Lima	Atibaia	SP	16	Colégio FAAT	1º	1300	250	1550	4º lugar	Certificado
Maria Luíza A. Pinheiro	Recife	PE	16	Colégio Militar de Recife	2º	1300	230	1530	5º lugar	Certificado
Sebastião Frões N. G. Navarro	São Paulo	SP	17	Colégio Objetivo Integrado	3º	1300	220	1520	6º lugar	Certificado
Emilly G. da Silva	Serra	ES	17	EEEFM Rômulo Castelo	2º	1300	220	1520	7º lugar	Certificado
Felipe T. Tancredo	Porto Alegre	RS	15	Colégio Militar de Porto Alegre	2º	1300	160	1460	8º lugar	Certificado
Chiara M. Magalhaes	São Paulo	SP	16	Colégio São Luis	3º	1300	160	1460	9º lugar	Certificado
Gabriel A. de Souza	Recife	PE	16	Colégio Militar de Recife	3º	1200	220	1420	10º lugar	Certificado

Confira abaixo o vídeo dos ganhadores (clique na imagem para assistir ao vídeo):

João Carlos - 3º lugar



Luiz Eduardo - 2º lugar



Gabriela - 1º lugar



Celso Furtado, 100 anos: pensamento e ação

Em comemoração ao centenário de nascimento, livro reúne 9 autores e resgata os principais elementos da biografia, do pensamento e das atividades do grande Economista Celso Furtado.

Por Renata Reis

A solução está em retroceder o olhar. Frente a tamanha crise sanitária, econômica e política, quando soluções supostamente inovadoras são apresentadas como tábuas de salvação, o presidente do Conselho Federal de Economia, Antonio Corrêa de Lacerda, ressalta a importância do livro "Celso Furtado, 100 anos: pensamento e ação", publicado recentemente, do qual é organizador e coautor.

O livro sugere um olhar para o passado e para as obras publicadas por Furtado ao longo de sua atividade de Economista, numa tentativa de entendimento do subdesenvolvimento brasileiro, e a partir desse entendimento da implementação de soluções para nossas acentuadas vulnerabilidades. A obra certamente merece a atenção dos que estão em busca de uma saída justa, igualitária, sustentável, e quiçá definitiva, para os pro-



blemas que vivenciamos há algum tempo no país e que hoje são ainda mais visíveis.

O livro teve origem nas atividades desenvolvidas no Programa de Estudos Pós graduados em Economia Política da PUC/SP, Universidade em que Celso Furtado ministrou, em 1975, o curso “Economia do Desenvolvimento”, adaptado de um curso apresentado por ele na Sorbonne.

O livro

Apresentado em seis capítulos, o livro traz inicialmente uma análise do pensamento de Celso Furtado a partir de seis obras publicadas entre 1959 e 1974. Para os autores, “o conjunto bibliográfico analisado possui uma constância: a procura do entendimento do subdesenvolvimento brasileiro”. E ainda levanta a relação entre esse subdesenvolvimento e a dependência estrangeira nos ciclos econômicos.

No segundo capítulo, são abordados, por Rosa Maria Viera, a planificação, o Estado e as elites no pensamento de Celso Furtado, a partir da busca, nas obras do economista, de nuances do papel do Estado e do planejamento para a superação do subdesenvolvimento. O terceiro capítulo, de autoria de Lacerda e de Julio Manoel Pires, versa sobre os dilemas enfrentados pela economia brasileira no período de 2010 a 2018 com base nos escritos de Furtado e uma reflexão crítica sobre as escolhas das políticas econômicas no período.

A discussão sobre o modelo de desenvolvimento do Brasil ganha maior importância num momento em que a economia vive um processo de desindustrialização e reprimarização do setor produtivo, questões que são abordadas no quarto capítulo, contribuição de Rubens Sawaya. No capítulo seguinte, André Paiva Ramos, Francielle do Nascimento Santos, David Deccache e Lacerda buscam o pensamento e o método com que Furtado concebia a análise econômica. “No lugar do debate sobre a construção e o aperfeiçoamento de um projeto nacional visando o planejamento social de longo prazo, está colocada uma perspectiva centrada, única e exclusivamente, na eliminação dos obstáculos ao livre funcionamento do mercado”, expressam os autores.

Finalmente, no último capítulo, Lacerda

aborda os desafios da economia brasileira no século 21. “A aposta em que a prometida austeridade levaria ao resgate da confiança que pudesse estimular a realização de investimentos e produção não tem dado resultado”, questiona. “O Brasil [...] tem todas as pré condições para superar a atual estagnação e atingir um grau de desenvolvimento expressivo. Somos o único país do G 20 a combinar potencial nos macrossetores e de enorme demanda reprimida, em termos de investimentos, infraestruturas e políticas sociais”.

Sobre o organizador

Antonio Corrêa de Lacerda é presidente do Cofecon desde 2020, cargo para o qual foi reeleito em 2021. Foi presidente da autarquia em 1999, sendo vice presidente em 2019. É doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor doutor e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Lacerda foi economista chefe e diretor de economia de empresas e organizações, e atua como consultor econômico. É articulista assíduo de publicações, comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura) e autor de cerca de 20 livros na sua área de atuação, tendo sido um dos ganhadores do Prêmio Jabuti, na área de economia, no ano 2001, pelo seu livro “Desnacionalização”.

Informações catalográficas

Título: Celso Furtado: 100 anos pensamento e ação

Autor: Organizador Antonio Corrêa de Lacerda; coautores Antonio Corrêa de Lacerda, André Paiva Ramos, Francielle do Nascimento Santos, David Deccache, Joaquim Miguel Couto, Julio Manoel Pires, Luiz Paulo F. Nogueiról, Rosa Maria Vieira, Rubens R. Sawaya

Editora: Contracorrente

Número de páginas: 250

Site da editora: loja.editoracontracorrente.com.br

História dos Bancos

Por Manoel Castanho

O livro *História dos Bancos* não é uma obra nova. O que é nova é a oportunidade de lê-lo em português. Publicado originalmente em 1837 pelo jornalista norte-americano Richard Hildreth (1807-1865), foi traduzido pelo professor Fernando Nogueira da Costa, titular do Instituto de Economia da Unicamp, e disponibilizado em seu blog. Costa é um grande estudioso do assunto, já publicou diversos livros e um deles, “Brasil dos Bancos”, foi contemplado com o primeiro lugar no Prêmio Brasil de Economia em 2012.

Em seu prefácio, Costa apresenta algumas teorias e aponta para a importância da leitura deste clássico para entender o debate quando se iniciava a constituição de um verdadeiro Estado nacional. Este, argumenta o tradutor, “não pode dividir o poder militar com milicianos paramilitares, nem o poder econômico com emissores privados de moeda”.

O período histórico abarcado pela obra tem início no Século XII, com a Câmara de Empréstimos surgida em Veneza, surgindo o primeiro banco na acepção moderna da palavra. Os capítulos seguintes tratam dos bancos na Holanda (primeiro banco central do mundo) e Alemanha, Inglaterra, escócia, bancos privados e França. O autor trata também do conceito de moeda fiduciária, antes de entrar na história dos bancos nos Estados Unidos, passando pelo pânico de 1818-19 e pelo de 1833-34.

Na segunda parte do livro, Hildreth argumenta em favor “das vantagens e necessidade de livre competição no negócio bancário”. Ele questiona qual sistema bancário é mais vantajoso para o público e como os bancos podem se tornar mais lucrativos para os acionistas. Para o autor, a segunda questão foi exaustivamente estudada e perfeita-



mente compreendida pela maior parte dos diretores de bancos, mas a primeira – a mais importante das duas, afirma – quase não foi considerada digna de nota.

O autor propõe, então, uma nova teoria bancária, defendendo o uso das letras de câmbio ou das notas bancárias em lugar das moedas metálicas e argumentando que um Banco Central, nos Estados Unidos, não seria necessário nem útil. “É útil conhecer o debate ocorrido, na América, durante a Era do Free Banking (1837-1863, quando qualquer banco podia emitir notas bancárias), quando Richard Hildreth foi um participante ativo”, argumenta Costa em seu posfácio ao livro.

Costa, então, traz a discussão para o Século XXI, quando as criptomoedas e os bancos sociais provedores de microcrédito reacenderam as discussões sobre moeda privada. O tradutor argumenta que os investimentos públicos expandem a infraestrutura e a capacidade produtiva da economia, e que os auxílios emergenciais foram destinados a uma parcela da população com muita propensão a consumir para satisfazer suas necessidades básicas e preenchendo a capacidade produtiva ociosa. “Este é o contra-argumento face ao questionamento ortodoxo de a livre emissão monetária ser inflacionária”.

Informações catalográficas

Título: História dos Bancos.

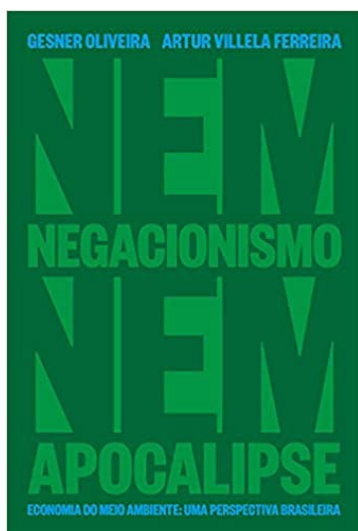
Autor: Richard Hildreth. Tradução de Fernando Nogueira da Costa.

Páginas: 141

Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>

Nem negacionismo nem apocalipse

Por Waldir Pereira Gomes



Os autores abordam, numa linguagem clara e objetiva, um tema relevante, para o momento que atravessamos.

Leitura obrigatória para estudantes, economistas, professores das mais diversas áreas e todos aqueles comprometidos, como colocam os autores, com o reconhecimento de que há um limite físico para a produção e consumo.

O texto, dividido em 12 capítulos, tem como tema central as questões relacionadas ao meio ambiente e aos sistemas materiais, tendo em vista que já é conhecido que ações promotoras do desenvolvimento local, mas que prejudiquem o meio ambiente, ou vice-versa, são contraproducentes e alongam o prazo e mostram insustentáveis.

Nos dias de hoje, é fundamental reconhecer que a responsabilidade social não é antagônica à lucratividade. Na sigla ESG (environmental, social, governance) é importante a ação indutora do Estado e o comprometimento das corporações do setor privado.

Uma boa leitura a todos!

Informações catalográficas

Título: Nem negacionismo, nem apocalipse

Autor: Gesner Oliveira e Arthur Villela Ferreira

Editora: Bei

ISBN-10: 6586205158

ISBN-13: 978-6586205152/

Site da editora: bei.com.br/

CLIQUE NA IMAGEM E SAIBA MAIS SOBRE OS PROJETOS DE DESTAQUE DO SISTEMA COFECON/CORECON

Prêmio

Mulher Economista

2021

Contribuindo para o desenvolvimento da Ciência Econômica e da profissão de Economista



PRÊMIO

Mulher Transformadora

2021

Mulheres solidárias que, com amor, fazem a diferença na redução de desigualdades



Prêmio

Personalidade Econômica

2021

Nobilitar os economistas que contribuíram para o desenvolvimento da ciência econômica e da profissão de economista



Academia



Desempenho técnico



Mídia

Prêmio

Destaque Econômico

2021

Nobilitar as entidades que contribuíram para o desempenho da ciência econômica, tanto no aspecto acadêmico quanto no aspecto aplicado



EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda

Vice-presidente: Denise Kassama Franco do Amaral

Conselheiros efetivos

Antonio Corrêa de Lacerda
Denise Kassama Franco do Amaral
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Carlos Alberto Safatle
Clovis Benoni Meurer
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Heric Santos Hossoé
João Manoel Gonçalves Barbosa
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Roberto Polli Lobo
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Conselheiros suplentes

Aldemar Gomes de Paiva
Ana Cláudia de A. Arruda Laproviteira
Bianca Lopes de Andrade

Rodrigues
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior
Carlos Magno Andrioli Bittencourt
Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior
Eduardo Reis Araújo
Fabiola Andréa Leite de Paula
Henri Wolf Bejzman
Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Nei Jorge Correia Cardim
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Roberto de Jesus
Róridan Penido Duarte
Sérgio da Rocha Bastos
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselho Editorial

Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)
Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laproviteira
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Décio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat

Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado
Maria Cristina de Araújo
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Heric Santos Hossoé (Vice Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Jr.
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Lauro Chaves Neto
Maria de Fátima Miranda
Paulo Roberto de Jesus
Wellington Leonardo da Silva

Assessoria de Comunicação

Renata Reis – Assessora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

70 Anos

Assegurando o exercício legal e ético da profissão



@cofecon



Podcast Economistas
Disponível nas principais plataformas

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br

